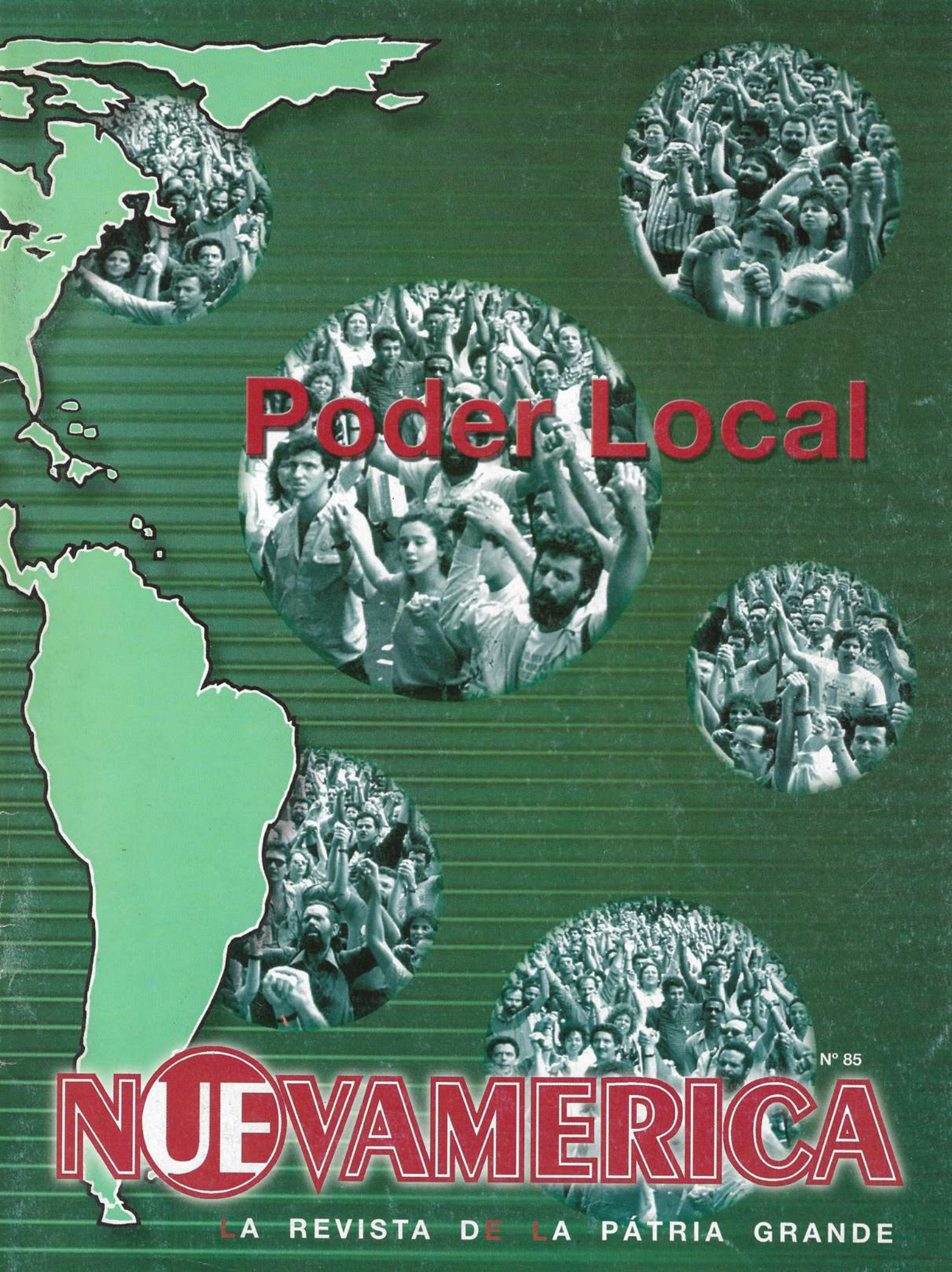


Poder Local

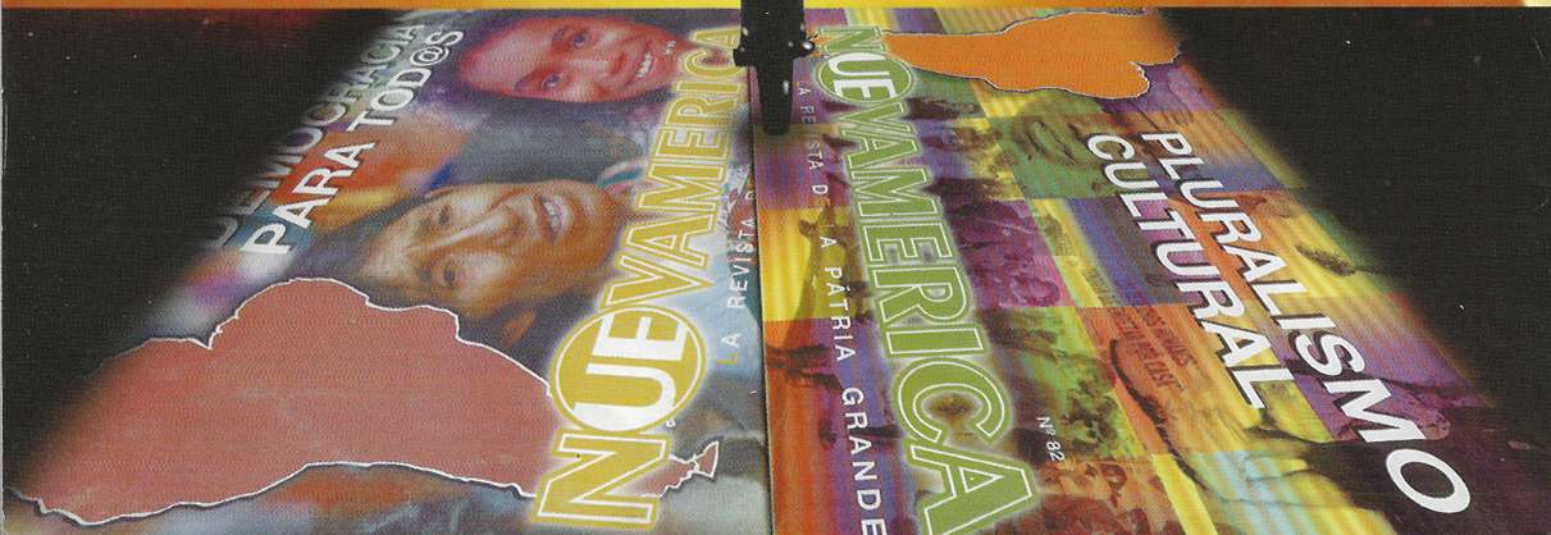
Nº 85

NUEVAMERICA

LA REVISTA DE LA PÁTRIA GRANDE

NUEVAMERICA
una revista
y mucho más...

NOVAMERICA
uma revista
e muito mais...



Democracia e Poder Local

Democracia y Poder Local

À primeira vista parece contraditório falarmos de afirmação do poder local num contexto de crescente globalização em diferentes esferas da vida social. No entanto, a globalização não é um fenômeno homogêneo. Se a sua dinâmica hegemônica está marcada pela exclusão, pela homogeneização e o verticalismo, existe também outra perspectiva que vai sendo promovida pelos movimentos sociais, organizações da sociedade civil e experiências do poder público que apostam numa perspectiva diferente: querem mobilizar energias e processos de construção coletiva a partir das pessoas e dos grupos sociais de base.

Nesta perspectiva é de especial relevância a articulação entre política e poder. Infelizmente estas são expressões que apresentam hoje conotações negativas para a maioria das pessoas. O poder é associado ao domínio, à busca dos próprios interesses e à manipulação dos cidadãos. Quanto à política, é vista como âmbito de corrupção, exclusividade dos grupos dominantes numa determinada sociedade e de manutenção de privilégios. Um primeiro desafio que se coloca para cada um de nós é a recuperação da política como construção do espaço público e do poder como força, energia, capacidade, consciência e vontade coletiva de afirmação da dignidade humana e de um projeto inclusivo de sociedade.

O dinamismo do poder local tem como ponto de partida cada pessoa, cada cidadão. Seu êxito está em articular os objetivos individuais com os interesses coletivos, o pessoal com o social, o local com o global, em íntima interrelação. Para tal é imprescindível liberar o poder inerente a cada ser humano. Sua capacidade de ser sujeito da própria vida e ator social. No nosso continente, a grande maioria das pessoas tem introjetada, através dos processos de colonização e dependência que marcaram nossa formação histórica, uma auto-estima negativa e a mentalidade de que não somos ninguém e nada podemos. Os "outros" são os que podem e sabem.

Afirmar o poder local supõe romper com esta visão e exige processos participativos e educativos intensos. Somente a experiência de empoderamento a nível individual e dos grupos sociais marginalizados e excluídos, poderá ir liberando idéias, sentimentos, dinamismo, práticas sociais, projetos e utopias capazes de gerar processos democráticos de organização e autêntica solidariedade, orientados a construir sociedades em que a igualdade e a diferença se combinam no nível local, nacional, regional e global.

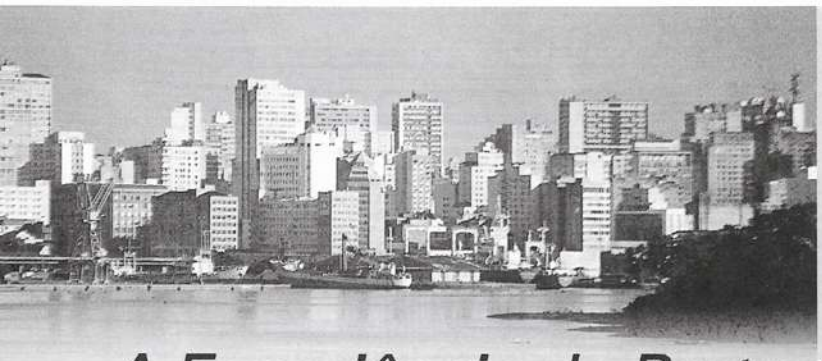
A primera vista parece contradictorio hablar de afirmación del poder local en un contexto de creciente globalización en diferentes esferas de la vida social. Sin embargo, la globalización no es un fenómeno homogéneo. Si su dinámica hegemónica está marcada por la exclusión, por la homogeneización y el verticalismo, existe también otra perspectiva que viene siendo promovida por los movimientos sociales, organizaciones de la sociedad civil y experiencias del poder público que apuestan en una perspectiva diferente: quieren movilizar energías y procesos de construcción colectiva a partir de personas y de grupos sociales de base.

En esta perspectiva asume especial relevancia la articulación entre política y poder. Desgraciadamente estas expresiones tienen hoy connotaciones negativas para la mayoría de las personas. El poder está asociado al dominio, a la búsqueda de los propios intereses y a la manipulación de los ciudadanos. En cuanto a la política, es vista como ámbito de corrupción, exclusividad de los grupos dominantes de una determinada sociedad y de mantenimiento de los privilegios. Un primer desafío que apunta para cada uno de nosotros es la recuperación de la política como construcción del espacio público y del poder como fuerza, energía, capacidad, consciencia y voluntad colectiva de afirmación de la dignidad humana y de un proyecto inclusivo de sociedad.

El dinamismo del poder local tiene como punto de partida cada persona, cada ciudadano. Su éxito reside en articular los objetivos individuales con los intereses colectivos, lo personal con lo social, lo local con lo global, en íntima interrelación. Para eso es imprescindible liberar el poder inherente a cada ser humano. Su capacidad de ser sujeto de la propia vida y actor social. En nuestro continente, la gran mayoría de las personas tiene introyectada, a través de los procesos de colonización y dependencia que marcaron nuestra formación histórica, una autoestima negativa y la mentalidad de que no somos nadie y que nada podemos. Los "otros" son los que pueden y saben.

Afirmar el poder local supone romper con esta visión y exige procesos participativos y educativos intensos. Solamente la experiencia de empoderamiento a nivel individual y de los grupos sociales marginalizados y excluidos, podrá ir liberando ideas, sentimientos, dinamismos, prácticas sociales, proyectos y utopías capaces de generar procesos democráticos de organización y auténtica solidaridad, orientados a construir sociedades en que la igualdad y la diferencia se combinen a nivel local, nacional, regional y global.

NESTE NÚMERO EN ESTE NUMERO



4

A Experiência de Porto Alegre

Vale a pena conferir o artigo de Raul Pont. Ele nos descreve como a população da capital do estado do Rio Grande do Sul, no Brasil, participa plena e democraticamente do Governo Municipal.

Poder Local

16

Carmela Zumaran entrevista Michel Azcueta, três vezes Prefeito de Villa El Salvador, no Peru, e que faz significativas reflexões acerca do tema Poder Local.



Construyendo el Poder Local desde la Educación

42

Da Bolívia, Noel Aguirre Ledezman nos mostra um exemplo claro de como a participação e o trabalho coletivo contribuem para o desenvolvimento da educação. Não perca a oportunidade de analisar uma experiência concreta que ilumina as reflexões sobre Poder Local.



Arquivo Novamerica

SUMÁRIO SUMARIO

REALIDADES *REALIDADES*

A EXPERIÊNCIA DE PORTO ALEGRE
Raul Pont 4

"CREEMOS EN LA CAPACIDAD DEL POBRE COMO UNICO AGENTE DE LA VIDA NUEVA"
Antoinette Mayor 8

CONSTRUYENDO PODER DESDE ABAJO
Andrés Cepeda 12

ENTREVISTA *ENTREVISTA* 16

PODER LOCAL
Michel Azcueta

CIDADANIA *CIUDADANIA*

POLÍTICA E CIDADANIA
Carlos Francisco Signorelli 22

AÇÃO AFIRMATIVA E REALIDADE BRASILEIRA
Carolina de Campos Melo 28

ENFOQUES *ENFOQUES*

SOCIEDADE CIVIL: DO LOCAL AO GLOBAL
Liszt Vieira 32

EDUCAÇÃO *EDUCACION*

A UNDIME E A MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO
Maria José Lindgren Alves 38

CONSTRUYENDO EL PODER LOCAL DESDE LA EDUCACION
Noel Aguirre Ledezma 42

IDENTIDADES *IDENTIDADES* 46

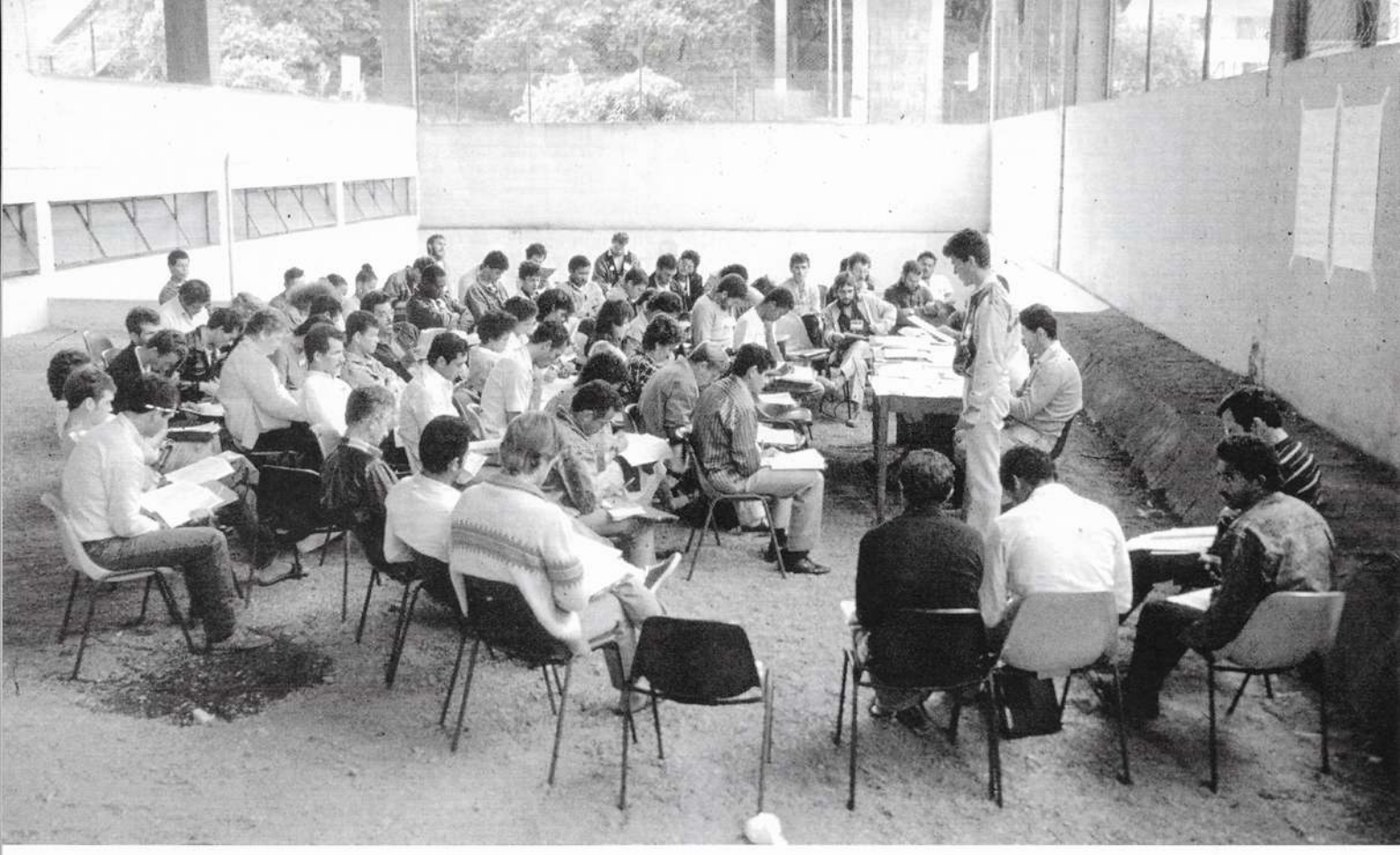
QUILOMBOS NO BRASIL: ANTIGAS E NOVAS ESTRATÉGIAS
Alecsandro J. P. Ratts

LOS YURAS – PARTICIPACION DE PODER LOCAL INDIGENA
Marco Antônio Castro Gamarra 50

NOTÍCIAS *NOTICIAS* 54

CARTAS *CARTAS* 56

AGENDA *AGENDA* 59



A experiência de Porto Alegre

Raul Pont
Prefeito de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

La ciudad, queda en Rio Grande do Sul, es su capital. Su gente, participa plena y democráticamente en el gobierno, toma decisiones, está informada y conoce el destino de cada uno de los recursos públicos. ¿Ésto es posible? ¡Compruébelo usted mismo en el interior de estas páginas!

Porto Alegre é a capital do Estado do Rio Grande do Sul – Brasil. Possui uma população de 1,3 milhões de habitantes, polo de uma região metropolitana composta de 26 municípios e um total de 3,5 milhões de habitantes.

Origem da industrialização do Estado no início do século, hoje tem uma predominância dos serviços e comércio em seu PIB de cerca de 10 bilhões de reais.

Centro hospitalar e de saúde significativo, sede das maiores universidades do Estado e de grandes centros comerciais, tem também uma forte presença de funcionários públicos da União, do Estado e do Município.

O orçamento do município para o ano de

1999 foi de 1 bilhão de reais. A administração municipal direta e indireta alcançou 830 milhões e a transferência federal para o sistema de saúde pública, gerenciada pelo município, cerca de 250 milhões de reais.

Pelo sistema administrativo brasileiro, o município tem autonomia, baseada em Lei Orgânica, que lhe permite ter recursos próprios de tributos decididos e cobrados no município.

No caso particular de Porto Alegre - há diferenças grandes no país conforme o tamanho, população e capacidade industrial nas rendas tributárias municipais - as receitas próprias do município correspondem a cerca de 55% da receita total. As receitas da União são em torno de 5% e os restantes 40% das transferências do Estado.

O município recolhe impostos sobre propriedade predial e territorial urbana, sobre transmissão de imóveis e sobre serviços de qualquer natureza e outras taxas e tarifas de limpeza urbana, água e esgotos.

O Estado tem na circulação de mercadorias, sobre herança e sobre propriedade de veículos automotores seus principais tributos. A União recolhe o Imposto sobre Renda, sobre produtos industriais, importação e exportação, operações financeiras e contribuições sociais.

PARTICIPAÇÃO POPULAR : PUBLICIDADE, DECISÃO E CONTROLE

Porto Alegre é governada pelo Partido dos Trabalhadores há três mandatos.

Desde 1989, o governo desenvolveu e incentivou um processo de participação popular visando consolidar uma experiência de democracia participativa que estimulasse a participação regular e permanente da população e que não se restringisse apenas aos períodos eleitorais.

Os Principais instrumentos foram:

a) Criação de um mecanismo chamado Orçamento Participativo, onde a população de forma direta pudesse conhecer e decidir o orçamento do município.

A cidade foi dividida em regiões e ao passar dos anos as regiões foram aumentando em número até as 16 regiões atuais. A partir de 93 foram criadas também instâncias plenárias (assembléias) por temas, em número de cinco e que abrangem os grandes temas orçamentários.

Nestes espaços, a população recebe informações, subdivide-se em micro-regiões e num processo de vários meses vai construindo suas reivindicações e prioridades e depois escolhe conselheiros para reunirem e compatibilizarem as demandas aprovadas.

Além do papel de deliberação, de controle e fiscalização sobre os recursos públicos, essa experiência revelou-se um poderoso instrumento de formação da cidadania, de educação política e de uma nova relação da sociedade com o Estado.

Cada cidadão que participa das reuniões - e hoje são milhares - tem acesso aos dados e números da receita e da despesa do município. De onde vem as receitas e o gasto de cada órgão ou secretaria em seu custeio, pessoal e capacidade de investimento.

Cada cidadão tem um voto e os critérios de funcionamento são decididos e regrados pelos próprios participantes.

Nesta experiência que já alcançou 11 anos, a participação é direta, onde cada cidadão tem um voto e os critérios de funcionamento são decididos e regrados pelos próprios participantes. O regulamento do Orçamento Participativo não é uma lei votada pelo legislativo mas tem como base a Lei Orgânica e a própria Constituição Federal que afirmam o sistema representativo e a participação direta como formas de expressão da soberania popular.

O Orçamento Participativo delibera todos os investimentos novos em obras e serviços que o poder público executa. Esse processo desdobrou outras formas de controle como os fóruns de serviços, as comissões de obras e os conselhos populares regionais permanentes.

b) Os Conselhos Municipais

São conselhos previstos na Lei Orgânica e



em legislações estaduais e federais. São conselhos setoriais (saúde, educação, direitos da criança, esporte, etc.) e sua composição é por delegação de entidades da comunidade (majoritária) e de representações setoriais do governo municipal (minoritária).

São órgãos consultivos, de formulação de diretrizes e políticas setoriais ao Executivo, mas que assumem formas de representação e de pressão fortes sobre o governo e na incidência dos debates e decisões do Orçamento Participativo.

Alguns estabelecem políticas para fundos específicos com base em lei federal (ex.: saúde, direitos da criança, etc.) e decidem e controlam a aplicação desses fundos ou tem incidência sobre eles.

Seu poder de pressão varia conforme seu grau de organização, representatividade e incidência sobre o governo, mas no caso de Porto Alegre transformaram-se num dos pilares da relação do governo com a comunidade.

Alguns são fortemente enraizados através das associações setoriais (associações. de moradores, creches, sindicatos, associações culturais, esportivas, etc.). Exercem forte controle sobre o governo e possuem as informações setoriais em que atuam.

c) Publicização

A informação aos cidadãos é fundamental. Para isso utiliza-se o material impresso (regimento interno, planos de investimentos com receitas e despesas globais, boletins informativos), a publicação dos calendários de reuniões nos jornais diários da cidade nos períodos das assembléias públicas e programas de rádio e televisão, estimulando e chamando à participação. Nas regiões, as reuniões são antecedidas por anúncios através de carros de som que convocam diretamente para as reuniões comunicando horários e locais.

RESULTADOS

Eficiência dos serviços e demandas da população.

O ritmo imposto por esse processo participativo altera também o ritmo e a relação da burocracia estatal com os cidadãos e a



Quando a população decide, as demandas de obras e serviços estão sintonizadas com as necessidades das populações mais carentes.

influência mútua (pressão e cobranças de um lado, providenciar projetos e agilizar obras de outro) entre ambos é positiva e dá outra eficácia ao aparelho de Estado.

Da mesma forma, quando a população decide é evidente que as demandas de obras e serviços estão sintonizadas com as necessidades das populações mais carentes.

O quadro abaixo com as prioridades do Orçamento Participativo nos últimos 4 anos expressa bem isso.

A seqüência de três mandatos consecutivos tem auxiliado bastante na continuidade e na consolidação da experiência.

Sua maior riqueza consiste numa forma concreta de democratizar as decisões, de melhor gerir os recursos públicos e, também, de uma nova forma de encarar o planejamento nos orçamentos anuais e plurianuais. Mas, vai além ao ser um poderoso instrumento de formação cidadã, de politização das pessoas sobre a coisa pública e de ruptura com os métodos tradicionais do clientelismo, do populismo e da corrupção com os recursos públicos.

A melhoria nas condições de existência das pessoas, a identificação de Porto Alegre em primeiro lugar pela qualidade de vida e pelo melhor IDH (ONU) entre as grandes cidades brasileiras, assim como os indicadores de escolarização, alfabetização, saneamento básico de água e esgotos, expectativa de vida, números de eleitores, todos bem acima das médias brasileiras é ilustrativo da riqueza do processo e de seus resultados na última década. ■

1996	1997
1ª - Pavimentação comunitária	1ª - Política habitacional
2ª - Saneamento básico	2ª - Pavimentação comunitária
3ª - Habitação/ Regularização Fundiária	3ª - Saneamento básico
4ª - Educação	4ª - Educação
5ª - Transporte	5ª - Saúde

1998	1999
1ª - Pavimentação comunitária	1ª - Saneamento básico
2ª - Política habitacional	2ª - Pavimentação comunitária
3ª - Saneamento básico	3ª - Política habitacional
4ª - Saúde	4ª - Educação
5ª - Educação	5ª - Saúde



"Creemos en la capacidad del pobre como único agente de la vida nueva"

Antoinette Mayor
Integrante del Equipo de Vivienda
Organización San Vicente Obra
"Padre Cacho" - Uruguay

Conheça de perto o trabalho desenvolvido pelos vizinhos da Organização San Vicente, que guiados pela força do Padre Cacho, atuam nas áreas de educação, moradia, saúde e trabalho. Com todo o poder do local!

Esta frase extraída del Credo de los vecinos de la Organización San Vicente, presentado en Asamblea de socios por el Padre Cacho, en el año 1990, es síntesis del hacer, creer y esperar de los vecinos. Es el elemento fortificador en el desarrollo comunitario, en esta apuesta al desarrollo comunitario cuya misión es: «Organizarnos todos para liberarnos de lo que nos impide crecer como personas y como comunidad».

¿QUÉ ES LA ORGANIZACIÓN SAN VICENTE?

La Organización San Vicente Obra "Padre Cacho", es una organización de promoción

Arquivo Novamérica

Cada comunidad es protagonista y constructora de su historia.

y desarrollo comunitario local. Trabaja en una área geográfica determinada, que es la zona de Aparicio Saravia. Esta zona conocida como "los cantegriles de Aparicio Saravia» se caracteriza por su situación de extrema pobreza, ausencia de oportunidades laborales, insuficiencia de los servicios sanitarios y educativos, por las carencias, por lo precario de la vida, perteneciendo a una zona más amplia que se llama Cuenca de Casavalle, situada en el sector norte de la ciudad de Montevideo.

La Organización San Vicente (OSV) es una organización de vecinos, que está integrada por los vecinos de las comunidades y personas no residentes pero comprometidas con la gente, con la OSV. Las relaciones que se definen generan al interior un diálogo por el cual ambas partes aprenden y enseñan.

NUESTRO TESORO EN VASIJAS DE BARRO

Ciertamente, las experiencias de las comunidades integrantes de la OSV como tal, son experiencias de crecimiento como ser humano, de sentirse personas, de fortalecimiento del yo para la construcción del nosotros. Son expresión de lo comunitario. Cada una de las comunidades se ha formado en torno a las necesidades sentidas comunes. Cada comunidad es protagonista y constructora de su historia.

El proceso que viven internamente cada una de las comunidades lleva consigo una identificación de aquello que les es común, conseguir el terreno, luchar por la vivienda, la educación de sus hijos, el trabajo, la salud, servicios. Desde ahí los vecinos descubren un espacio de encuentro con el otro y consigo mismos, de reconocerse con derechos que le son legítimos e irrenunciables, con obligaciones, con potencialidades que lo invitan y desafían a la búsqueda de soluciones. A los vecinos, y a quienes los acompañaron, acompañamos y acompañarán implica encontrarnos con nuestras propias fuerzas, potencialidades, límites y las oportunidades y dificultades que brinda la realidad. "Juntos podemos", la comunidad unida puede; ésta es la que convoca e invita a ponerse en camino de lucha en pro de satisfacer sus necesidades y carencias y de construir la identidad comunitaria.

En esta búsqueda de soluciones se produce la interacción e integración a las redes locales y la generación de nuevos espacios de coordinación locales. Esto hace al afianzamiento de lo comunitario. Este ejercicio los ha impulsado a elaborar propuestas y proyectos, a negociar con las autoridades municipales y estatales traspasando el umbral de la impotencia de sus situaciones para ser partícipes y hacedores de la transformación de las condiciones de sus propias vidas y de la conquista de sus derechos.

Porque "creemos en la fuerza del Fermento del Reino que vive en el Pueblo que lo hace crecer en Conciencia social planetaria".

Porque "creemos y esperamos activamente la transformación de situaciones inhumanas, en resurrección del Pueblo y con el Pueblo".

Porque "creemos en la capacidad del pobre como único agente de la vida nueva, la masa inicial de la vida futura".

Porque las comunidades son nuestro tesoro llevado en vasijas de barro, porque en ellas se aprende a compartir, a reflexionar, a ceder, a detectar urgencias, a priorizar, postergar, proponer, planificar, esperar, reconocer y disfrutar, a continuar a pesar de las dificultades y la lentitud de los logros.

Porque creemos en la vida de las comunidades, somos ardientes celebrantes de la vida, del desarrollo comunitario y de las bondades del poder local.

SAN VICENTE, HOY

Los vecinos de la Organización San Vicente, tras la desaparición física del Padre Cacho asumieron con corresponsabilidad, compromiso y entrega la herencia de dar continuidad a la vida de las comunidades y trasmitir lo heredado.

Las comunidades y grupos organizados que integran la OSV son: San Vicente, Santa María, La Palmera, CO.VI.JO., Barrio "Padre Cacho", Nuevo Mausa, Casa de Todos, Comunidad "Padre Cacho", Pedro Poveda,

Complejo Calpino y los Clasificadores. Hoy participan activamente más de 1.300 familias en el desarrollo comunitario de sus comunidades y grupos organizados, involucrados en diferentes proyectos, siendo partícipes de su devenir histórico.

La Organización a través de las comunidades sostiene y mantiene vivos diversos servicios: Club del Niño "San Vicente", Centro Abierto "Padre Cacho", Centro Abierto "Casa de Todos", Guardería "Santa María", Guardería "Santa Clara", Proyecto de los Clasificadores, Veterinaria "San Vicente", Policlínica "San Vicente", Policlínica Comunitaria "Padre Cacho", Consultorio Jurídico, cooperativas de vivienda de ayuda mutua, acompañamientos de post-obra.



Arquivo Novamérica

Hoy participan activamente más de 1.300 familias en el desarrollo comunitario de sus comunidades y grupos organizados

Estos son los logros del trabajo comunitario y la espera activa. Esta espera activa, ha estimulado y consolidado la interacción a nivel zonal así como con diferentes organizaciones e instituciones gubernamentales y no gubernamentales.

Los vecinos organizados en el ejercicio de sus derechos, han logrado diferentes convenios y financiación de proyectos:

- **En el área educación:** con el Instituto Nacional del Menor, el Instituto Nacional de Alimentación, la Intendencia Municipal de Montevideo, la Facultad de Ciencias Sociales, la Facultad de Psicología, el Fondo de las Américas.
- **En el área vivienda:** con el Ministerio de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente, el acompañamiento post-obra de dos Complejos de Núcleos Básicos Evolutivos por cinco años; los subsidios para la construcción de 188 viviendas por ayuda mutua correspondientes a siete comunidades, de las cuales tres comunidades ya están disfrutando de sus viviendas.
- **En el área salud:** con el Ministerio de Salud Pública y la Intendencia Municipal de Montevideo.
- **En el área trabajo:** con la Intendencia Municipal de Montevideo, el proyecto de los clasificadores.

Estos son los logros de creer y esperar, porque "creemos en la capacidad del pobre como único agente de la vida nueva", porque creemos en la vida de las comunidades, porque creemos en el valor de cada niño, cada joven, cada vecino. Porque creemos en el esfuerzo cotidiano de nuestros trabajos y en la certeza de seguir en el camino heredado, celebramos la vida. ■

Arquivo Novamérica



A la medida de la gente

Ana Arrambarre - *Asistente Social residente en Salto, Coordinadora del IPRU - Uruguay*

Villa Constitución es el centro poblado de mayor población en el departamento de Salto (Uruguay). Está ubicada a 70 km. al norte de la capital departamental y a 570 de Montevideo. En la actualidad cuenta con 2803 habitantes, quienes disfrutan de un hermoso paisaje rodeados por el espejo de agua que conforma el Lago de Salto Grande. Siempre ligada al trabajo de la tierra, reconocida como zona privilegiada para huertos, viñedos, frutales y cereales.

A partir de 1952 con la creación por ley del Ingenio azucarero "El Espinillar" se empieza a operar un proceso de cambio profundo de su actividad económica, con resultados positivos durante años. En 1993 se decreta el cierre con consecuencias traumáticas para toda la localidad. No sólo por la pérdida de empleo, sino por su significación social. Más del 50% de la población activa se desempeñaba como peón, funcionario o changador del Ingenio. En este mismo período y de modo paralelo, Villa Constitución fue instrumentando una serie de iniciativas cooperativas como alternativas al desarrollo local.

A principios de la década de los 80 surge la primera cooperativa de telares a iniciativa de la querida hermana Gladys, residente en la Villa, quien solicita asistencia al IPRU (Instituto de Promoción Económico Social de Uruguay). Esta organización no gubernamental sin fines de lucro, ha seguido realizando su labor de capacitación y promoción "con personas y organizaciones que por sí solas no pueden llegar a satisfacer sus necesidades."

Una de las experiencias más destacadas e inéditas lo constituye la MESA INTERSECTORIAL DE VILLA CONSTITUCIÓN (MIC).

En el año 1993, un grupo de cooperativistas, productores y comerciantes de la zona se constituyen con el objetivo de apoyar y promover iniciativas económicas y sociales, en un momento de gran depresión, a causa del cierre de El Espinillar.

Cuentan con varias herramientas, una de ellas es la experiencia y capacidad de movilización de su gente, de trabajar en grupos, comisiones, etc.

Otra es la existencia de un Fondo de crédito para micro proyectos productivos, cuyo diseño y administración se compartía con IPRU, institución que se hacía responsable de la asistencia técnica a los socios de la MIC, de la capacitación en la gestión y del análisis de viabilidad de las solicitudes.

El Fondo de Rotatorio se constituyó con una donación de una fundación Belga. Se inicia con U$S 2.000 y el monto total recibido fue de U$S 32.000. Actualmente se ha duplicado la disponibilidad del fondo en mérito a la correcta administración del mismo.

Por la misión y metodología del IPRU el proceso de aprendizaje debía cumplirse en un determinado período dejando instaladas las capacidades para la gestión autónoma de la organización.

Desde el mes de mayo del año 1999, la MIC asumió toda la responsabilidad de forma autónoma.

Lo inédito de esta experiencia es que ocurra en una localidad, al interior del país y del departamento; que toda la Tramitación no requiera traslados y que la gestión de cobros sea realizada por sus pares.

Todo el trabajo se hace honorariamente, salvo el apoyo administrativo de una funcionaria contratada.



Construyendo poder desde abajo

Andrés Cepeda
COPADEBA - República Dominicana

Desde a República Dominicana, um exemplo cheio de força e sugestões para imitar. Sem medo de ser feliz, aprendendo a ser cidadão e cidadã. Não perca a experiência de COPADEBA!

El surgimiento, a principio de la década de los 80, de nuevos espacios organizativos, fruto del vacío existente en la población excluida de instancias que dieran respuestas a su cotidianidad, abrió una brecha para darnos cuenta de la capacidad de respuestas que de manera organizada podríamos lograr ante los reclamos por los servicios básicos, vivienda, equipamiento comunitario, el derecho a la participación y, lo que es más importante, la incidencia referida a la negociación y ejecución del proyecto, así como la de ganar espacios institucionales de representación democrática.

La experiencia nos indica que tenemos que construir poder a diferencia de tomar el po-

der, por lo que se trata, como toda construcción, de un proceso que va de lo más pequeño a lo más grande, de lo más simple a lo complejo y desde abajo hacia arriba.

Todo esto implica una dinámica de confrontación para la negociación y de protestas con propuestas. De ella nace el Comité Para la Defensa de los Derechos Barriales – COPADEBA.

COPADEBA: "SU EXPERIENCIA EN LA CONSTRUCCION DE PODER"

1 - Conocimiento de la realidad

Para los miembros y miembras de COPADEBA se ha convertido en un proceso cotidiano el conocimiento y análisis de la realidad personal, política, económica y socio-cultural de forma permanente, previo a cualquier paso importante que realizamos, pues ello nos permite determinar nuestras estrategias y establecer un análisis de nuestra correlación de fuerza. Es imprescindible conocer la realidad que pretendemos transformar.

2 - Identidad como sujeto

Uno de los aspectos que más cuidado y dedicación se ha tenido internamente es la identidad como parte de COPADEBA, pero también el reconocimiento como sector social y como ciudadanos/as con derechos a expresar opinión, a participar activamente, derecho a la ciudad, etc.

La metodología de formación basada en educación popular permite consolidar un sujeto social con identidad, valores e intereses propios como sector.

La experiencia nos indica que tenemos que construir poder a diferencia de tomar el poder.

3 - Las mujeres: Protagonistas de la cotidianidad

Las mujeres constituyen más del 70% de la membresía de la Organización, es por ello que la mayor cantidad de dirigentes son mujeres. Ellas son las que con más fuerza y entusiasmo levantan la bandera de lucha, las que con mayor ahínco y valentía demandan la solución a nuestros problemas. Esto de ninguna forma excluye de la participación a los hombres, sino que se articula en una concepción de igualdad y respeto mutuo.

El empoderamiento de las mujeres en COPADEBA se desarrolló en la cotidianidad. En la actualidad, de 12 estructuras barriales, 10 las coordinan mujeres.

4 - Partir de las necesidades de sobrevivencia en los barrios

Desde la cotidianidad de esfuerzo de los barrios por lograr servicios básicos, alimentación, se articula un proceso más general que trasciende lo meramente reivindicativo y se convierte en un proceso de fortaleza y empoderamiento que permite un crecimiento en las demandas y la capacidad propositiva



de los actores hacia otros escenarios de conquistas; trascendiendo de lo socio-económico a lo político

5 - Participación en los procesos

Necesariamente una experiencia que pretenda construir fortaleza y poder desde abajo tiene que tomar en cuenta la participación activa de los involucrados en todas las fases de proceso. No es posible que la gente se identifique con un plan de trabajo que no definió, pero más dudable aún, que participe con entusiasmo de actividades que no responden a sus necesidades; y si participan, lo hacen sin motivación y sin entusiasmo.

6 - Respeto a las diferencias

Una experiencia que desconozca cómo la penetración ideológica dominante cala y se apropia de todas las esferas de la sociedad, entre las que se encuentran los barrios y las comunidades, es un proyecto destinado al fracaso o termina aliado a los intereses contrarios a la colectividad. Debemos tener cuidado con no contradecir las creencias y tradiciones culturales y religiosas, por el contrario, tenemos que reforzarlas y promoverlas.

La experiencia de apertura e independencia de COPADEBA ha permitido que a su seno se integren personas con grandes diferencias, pero la metodología de trabajo permite traspasar esas diferencias y articular ante los elementos comunes que nos integran. Esto permite además crear una autonomía frente a las fuerzas políticas, tomando un perfil propio, obligando a que las organizaciones políticas respeten nuestra forma de organización y nuestras decisiones.

7 - Capacidad de articulación

Es común en nuestro medio tener la tentación, siempre, de ser la entidad que dirija un proceso, una lucha, un trabajo, etc. Parte del aprendizaje de estos 20 años nos ha permitido revalorar y trabajar para superar la concepción de vanguardismo y sectarismo. Necesariamente, estamos conscientes de que el proceso de creación del Poder Local debe

1 Codeci (Coordinación para el Desarrollo de la Ciénaga) Codegua (Coordinación para el Desarrollo de los Guandules) Ecog (Espacio de Coordinación de Organizaciones de Guachupita) Esesibo (espacio de seguimiento del Simón Bolivar).







La construcción del poder desde abajo nos ha planteado que somos capaces de cambiar la realidad de marginalidad y pobreza.

ser un proceso de sumar esfuerzos y de articulación desde el territorio.

Ejemplo de ello lo constituyen las experiencias de CODECI, CODEGUA, ECOG, ESESIBO, Espacio de Coordinación para Sabana Perdida[1], etc.

8 - Fortalecimiento para la negociación

La capacidad para movilizar y articular procesos de lucha que integren a la comunidad es un ejercicio permanente en cada uno de los comités barriales de COPADEBA. La demostración de fuerza consciente y decidida, capaz de no dejarse intimar, comprar o atropellar por los sectores represivos y políticos, abre puerta a la negociación y reconocimiento como sujeto social.

Las negociaciones se establecen tanto con el gobierno central como con el local partiendo de dos características importantes: siempre defender los derechos e intereses de los sectores populares y la no subordinación ante los planes y planteamiento de las autoridades.

A MANERA DE CONCLUSION

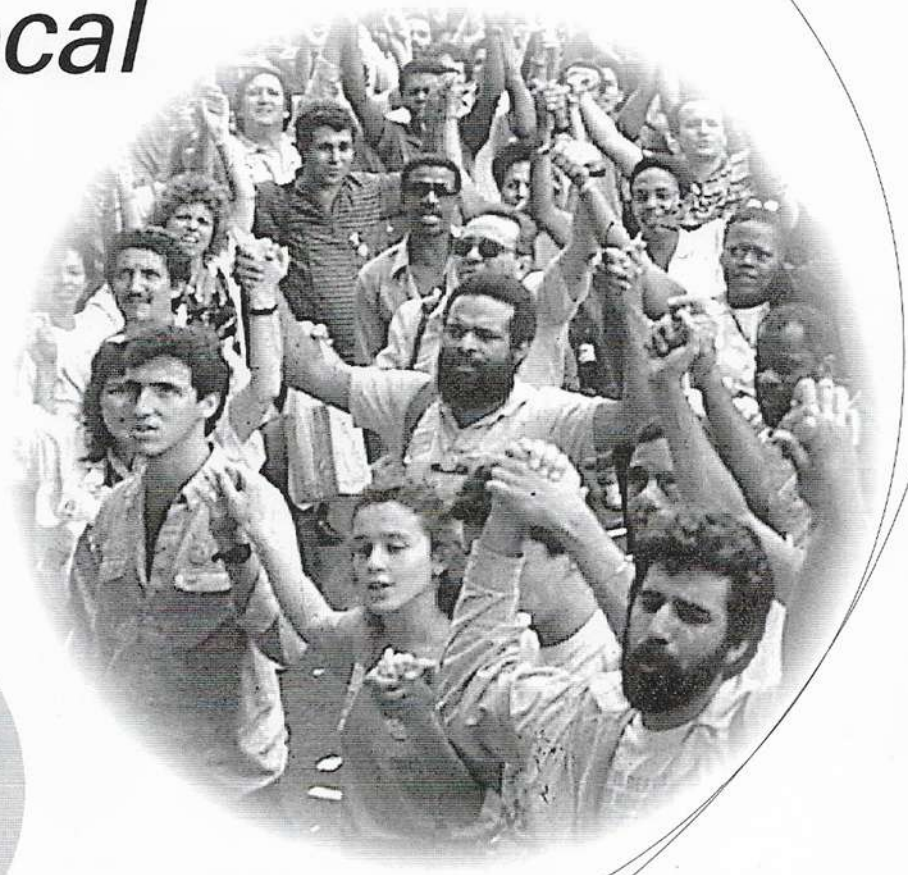
La concepción del poder en las dos últimas décadas ha tomado matices que la diferencian radicalmente de las anteriores, siendo los elementos distintivos: la participación, la constitución del sujeto (barrial, obrero, campesino, indígena, mujeres, etc.), la igualdad de género, lo territorial, la diversidad y lo colectivo.

Si comparamos las posiciones del ayer y hoy notaremos que para tener o ejercer poder no necesariamente hay que focalizarlo en el Estado, instancia desde la cual, tradicionalmente, se ha promovido lo vertical, lo personal, lo dominante.

Para COPADEBA y gran parte del movimiento social el poder implica una construcción que se da día a día con la toma de conciencia como sujeto social, con las luchas reivindicativas y políticas que desarrollamos. Implica, también, un proceso ascendente que nace en la cuadra, en el barrio, en el campo, donde lo colectivo, lo socio-cultural y la incidencia de la mujer juegan un papel fundamental.

La construcción del poder desde abajo nos ha planteado que somos capaces de cambiar la realidad de marginalidad y pobreza e ir propiciando una sociedad más justa y participativa. ■

Poder local



Michel Azcueta

Michel Azcueta Gorostiza es peruano, Master en Educación por la Universidad de Montreal, Canadá.

Actualmente es Presidente de la Comisión de Fomento al Desarrollo Económico; Regidor Metropolitano de Lima (por el período comprendido entre 1999 y 2002) y realiza actividades como consultor de la UNESCO y del Banco Interamericano de Desarrollo.

Ha ocupado diversos e importantes cargos, como el de Alcalde Distrital de Villa El Salvador, donde desarrolló sus funciones por tres períodos.

Por su intensa labor en el ámbito de los Derechos Humanos ha recibido varias distinciones, entre las que se encuentran el Premio Príncipe de Asturias a la Concordia, en 1987; la Medalla de la Paz de las Naciones Unidas, en el mismo año; el Premio Internacional de los Derechos Humanos en 1993 y el Premio Internacional Humanitario CARE, en 1999.

En esta entrevista, concedida directamente a Novamerica, Carmela Zumaran registró las opiniones de este educador acerca de la fuerza del poder local, focalizadas en sus tareas en Villa El Salvador.

¿Qué piensas del "poder local"? Como lo intiendes?

A partir de mi experiencia como alcalde de Villa El Salvador en tres ocasiones y como regidor metropolitano, muchas veces he reflexionado sobre el sentido del poder, tanto a nivel personal como grupal, porque la política siempre está relacionada con el poder, el poder en el mejor sentido del término. Creo que la acción política está relacionada con la conciencia como ciudadano, como parte activa, pensante, de la sociedad a la que uno pertenece. El problema está en que como hay un desprestigio de los políticos, hablando en general, también hay un desprestigio de la política, un desprestigio absolutamente interesado, porque cuanto menos política haga la mayoría de ciudadanos, más fácil es manipular y quedarse en el poder para aquellos que lo tienen en estos momentos. Por eso, me gusta partir de lo personal: se trata de una opción, de una comprensión de la sociedad y de su funcionamiento y, también, de una visión de futuro que se concretiza en objetivos, en propuestas, en planes para ir cumpliendo. Y, hablando de democracia, se trata de compartir esa comprensión, esa visión y esa voluntad con muchos otros para intentar conseguir juntos esos objetivos que, en este momento determinado, nos parecen los mejores para nuestra sociedad, no imponiéndolos sino compartiéndolos con sinceridad. Ahí es donde se manifiesta la tolerancia que es la base de la democracia. Y siempre comento con todos los compañeros y amigos que ahí (en la comprensión, visión y voluntad política) comienza a construirse un nivel de poder. La fuerza que da a uno y al grupo social el hecho de tener una visión y unas propuestas es realmente grande y la mayoría de ciudadanos (y de políticos tradicionales) o no se dan cuenta o no se quieren dar cuenta de este hecho... y siempre ha sido así a lo largo de la historia: hay ideas, principios, propuestas que mueven a una sociedad o a pueblos enteros y para mí, esto es muy importante y resume lo que entiendo por hacer política y por "poder" en lo personal. De este mismo hecho surgen responsabilidades, que es lo que muchos llaman "poder". Muchas veces me acuerdo de los sueños de José ante el Faraón de Egipto: después de avisarle las plagas que se venían, el faraón le pide a José que se encargue de todo... Y ahí está la diferencia entre un teórico y un político: no hay que tener miedo a asumir responsabilidades: si uno tiene ideas, tiene confianza en la gente, está convencido de lo que hay que hacer, pues tiene que arriesgarse, más aun en democracia, pues uno se presenta, dice lo que siente y es la gente quien elige.

Y todo esto es mucho más fácil practicarlo desde el nivel local, municipal. Nuestra experiencia, ya de bastantes años, en Villa El Salvador nos ha ido demostrando que cuando un pueblo asume realmente objetivos no hay quién lo pare... Los objetivos, conscientemente asumidos, se van transformando en conciencia colectiva y la conciencia en voluntad colectiva y esto es "poder" en su sentido pleno. Nuestro trabajo lo hemos ido basando en los diferentes planes integrales de desarrollo, con objetivos de corto, mediano y largo plazo que, con dificultades y con fracasos, se han ido consiguiendo en su mayoría. Y eso da mucha seguridad a la gente, se construye una identidad propia y una autoestima que es base importantísima para un desarrollo de nuevo tipo como el que siempre hemos soñado.

Los objetivos, conscientemente asumidos, se van transformando en conciencia colectiva y la conciencia en voluntad colectiva y esto es "poder" en su sentido pleno.

¿Cómo se ve un educador trabajando en política? ¿Qué papel juega la educación en el proceso vivido en Villa El Salvador?

Bueno, lo primero que quisiera comentar es que cuando uno elige el camino de la educación debe asumir que el proceso es y será relativamente largo.

Creo que es lo primero que aprendemos

cuando estudiamos pedagogía. Un educador es firme pero no impone; un educador observa más y escucha y dialoga; un educador sabe que no siempre se triunfa a pesar de los esfuerzos que uno haga; un educador goza, de verdad, con los logros y también sufre y se frustra con los fracasos o las decepciones, pero sigue adelante... Me parece, y no hablo de mí sino de muchos educadores metidos en política, que el hecho de ser maestro les da un algo especial que la gente lo nota como difrencias con otro tipo de políticos, sin querer decir con esto que se es mejor o peor, simplemente que es distinto, que el método, la práctica de hacer política es distinta.

Por otro lado, me parece que también es diferente la concepción del liderazgo: intentamos siempre dar confianza a los demás y, en la medida de lo posible, nos preocupamos

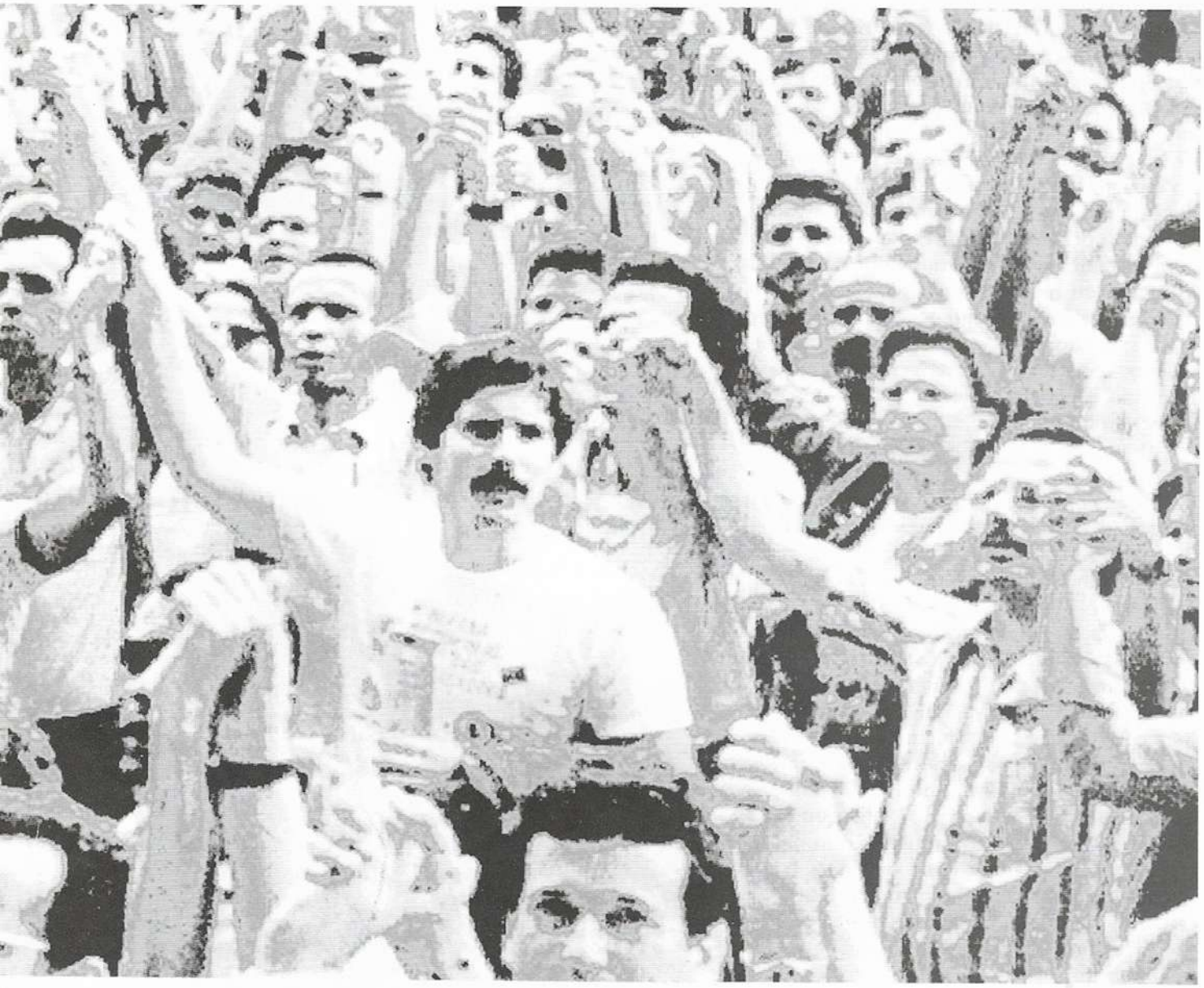
Es mucho más objetivo apostar en construir nuevos valores desde los pobres y desde sus organizaciones que desde los otros sectores sociales...



por formar nuevos líderes y dirigentes (cosa que, como he dicho, no se logra siempre...). El dar confianza y seguridad a los demás y el tener una visión integral siempre me han parecido las características más propias de todo dirigente.

Y hay un tercer aspecto que me parece un aporte de la educación a la acción política: el hecho de considerar al futuro como gran elemento pedagógico. Para mí, al igual que para la mayoría de los maestros, incorporar el elemento de futuro en la pedagogía es una de las maravillas de nuestra profesión: ir creando el futuro, ir soñando con lo nuevo, con lo posible y hasta con lo imposible para nosotros mismos y para los demás. Si esto, que lo intentamos en el aula todos los días en relación a los valores y los conocimientos, lo aplicamos también a la política, tendremos grupos humanos, pueblos y sociedades que se atreven a imaginar su futuro, a aportar más y más ideas, a construir algo nuevo y, como decía antes, todo esto tiene mucha fuerza tanto personal como social.

Desde hace muchos años, hemos intentado hacer de toda Villa El Salvador un gran ambiente pedagógico: que sea la experiencia diaria, la práctica de miles y miles de personas (dirigentes, hombres, mujeres, jóvenes y niños) la que nos vaya educando en valores y en conciencia colectiva, que nos anime a seguir aprendiendo de los éxitos - que felizmente son muchos - y de los fracasos, que nos empuje a respetarnos mutuamente, a reconocer los derechos de los demás y a descubrir los objetivos colectivos. El éxito reside en saber unir los



intereses y objetivos individuales, personales, totalmente lícitos, con objetivos e intereses colectivos, solidarios. Me parece que, en esta época, donde hay mucho escepticismo ante las ideologías, ese es un camino seguro a seguir para todos aquellos que continuamos deseando y trabajando por cambios sociales auténticos. Unir lo personal con lo social, lo individual con lo solidario, no es una utopía, es realmente posible y muy enriquecedor... Como ven, lo pedagógico puede influir en la política...

¿Se puede unir una experiencia a nivel local con un desarrollo integral nacional o latinoamericano?

Nuestra experiencia concreta en Villa El Salvador demuestra que sí, es posible hacerlo. Desde el nacimiento de Villa El Salvador, siempre venimos repitiendo que "Villa El Salvador no es una isla" y esto tenía consecuencias muy concretas: siempre hemos estado ligados al movimiento popular nacional hasta conseguir ser un punto de referencia en el Perú. No hablo de mi trabajo sino del de todo un pueblo que ha ido conquistando un espacio propio: en los veintiocho años de historia reciente del Perú, Villa El Salvador ha estado presente siempre, para lo bueno y para lo malo: para victorias importantes en lo social, en lo económico y en lo político hasta en los años de violencia y de terror que nos ha tocado vivir. Y a partir de ese espacio propio, construir, también, una dimensión internacional. No quiero exagerar porque estoy hablando desde lo local, pero, hasta el día de hoy, Villa El Salvador mantiene cierto nivel de relaciones, de presencia, de visitas de amigos de otros países, como no lo tiene ningún otro distrito popular en el Perú y quizás en América Latina. Hay muchas cosas que nos han ayudado a esto: la visita del Papa Juan Pablo II en 1985, que fue muy comentada en la época, premios internacionales como el "Príncipe de Asturias" y el de "Ciudad Mensajera de la Paz", otorgado por las Naciones Unidas a Villa El Salvador, la lucha por la paz y la justicia social que ofreció muchas vidas como la de nuestra querida María Elena Moyano, la dimensión del Parque Industrial orientado a la pequeña industria, que sigue con mucho éxito inclusive en momentos de crisis económica, hasta llegar a la presencia en Internet con un boletín semanal ("Amigos de Villa") que se recibe todos los domingos en decenas de países de los cinco continentes... Definitivamente, creo



Arquivo Novamérica

Uno de los problemas de los pobres en el Perú y en América Latina es que tienen una historia muy pesada, de fracasos, de intentos no terminados, de frustraciones... y eso es lo que hay que comenzar a cambiar desde lo local: un éxito siempre es una fiesta, una alegría y se convierte en fuerza, se convierte en poder.

que sí se puede, desde lo local, tener una presencia nacional e internacional y como un aporte diferente a la llamada "Globalización": si es cierto que cada día nos universalizamos más, hablando en positivo, será reconociendo siempre las diferencias o, mejor dicho, los aportes de cada pueblo desde lo local. Es la mejor manera de no caer en la trampa de la actual Globalización, tan desigual, tan injusta, tan prepotente...

¿Qué has aprendido en relación al poder local al servicio de todos, especialmente de los pobres, en tu larga experiencia de contacto con la organización popular?

Creo que he aprendido mucho y, lo mejor, que sigo aprendiendo...

Lo primero, que siempre es posible hacer algo más, lograr algunos objetivos nuevos, y esto ya es importante, lo decía antes al comentar la fuerza de los pueblos y de la organización popular. Lo importante, hablando ya de los pobres y de los sectores populares, es que, cuando se logra un éxito, se modifica el nivel de autopercepción, de autoconciencia. Uno de los problemas de los pobres en el Perú y en América Latina es que tienen una historia muy pesada, de fracasos, de intentos no terminados, de frustraciones... y eso es lo que hay que comenzar a cambiar desde lo local: un éxito siempre es una fiesta, una alegría y se convierte en fuerza, se convierte en poder. Por eso los poderosos no quieren que los pueblos y sus organizaciones sean los sujetos de los éxitos, al contrario, siempre se propagandiza el éxito personal, el de los caudillos, porque un pueblo con más éxitos que fracasos en su historia es siempre un pueblo fuerte.

También quiero comentarte que he aprendido, con dolor, que en el pueblo y en las organizaciones populares no todo es oro... En Villa El Salvador solemos decir que "hay que servir al pueblo pero no idealizarlo". Hay envidias, zancadillas, "serruchadas de piso" (como se dice en el Perú...) entre nosotros mismos, mezquindades, por no hablar de incomprensiones y venganzas egoístas que también existen entre nosotros. Pero justamente porque sabemos que existe todo eso - que también existe en los otros sectores sociales - no nos desanimamos, aunque hay momentos en que, sinceramente, lo hemos pasado muy mal y no hay que echarle la culpa a los tradicionales explotadores... Hay mucho por hacer todavía, pero sí te digo, sin ningún rodeo, que es mucho más objetivo apostar en construir nuevos valores desde los pobres y desde sus organizaciones que desde los otros sectores sociales... Pero, para completar la respuesta, quería insistir en algo que, quizás, pueda chocar: estoy convencido que la solidaridad y la organización no tienen nada que ver con la pobreza. Ese es otro mito que nos quieren meter los que controlan el poder y la ideología: si así fuera, si simplemente por la pobreza y la miseria surgiera la solidaridad y la organización, Africa seria una maravilla, estaría llena de experiencias como la de Villa El Salvador y mucho mejores... No, de ninguna manera.

La organización y la auténtica solidaridad nacen de la conciencia y no de la pobreza. Esto lo he repetido miles de veces en Villa El Salvador y en decenas de foros a los que he sido invitado y quiero compartirlo también con Uds. No nos engañemos ni nos dejemos engañar: la fuerza está en la conciencia y si construimos una conciencia colectiva tendremos una fuerza superior y si, entre todos, construimos una conciencia colectiva universal, imaginemos qué mundo tan hermoso podríamos construir, donde todos vivamos con dignidad, con respeto mutuo, con una relación correcta con la naturaleza, creando, compartiendo, abiertos a lo trascendental... Como maestro, sigo dando gracias al pueblo de Villa El Salvador por lo que me ha enseñado y me sigue enseñando. ■



Política e cidadania

Carlos Francisco Signorelli
Membro do Conselho de Leigos da
Arquidiocese de Campinas - Brasil

En estas páginas, Carlos Francisco Signorelli nos guía por los caminos de la polis griega, pasando por la Edad Media y por la Revolución Francesa hasta llegar a nuestra América, en los días actuales, ayudándonos a elucidar diferentes términos como ciudad, política, democracia representativa y participativa, entre otros. ¡Para que todos juntos podamos construír y practicar una Ciudadanía Activa!

O senso comum, numa análise dos termos, faz originá-los de uma mesma raiz. Política se origina de "polis", traduzida do grego por "cidade", e Cidadania se origina de "cidade", só que aqui, da cidade da Idade Média.

Mas pára aí a semelhança. Na verdade, "pólis" era a cidade grega, na qual se confundia espaço geográfico e habitantes livres. Fazer política, para Aristóteles, era pensar e agir no sentido profundo do bem comum, aqui entendido o bem de todos os homens livres. Quando os homens (não as mulheres) adultos e livres se reuniam para decidir ações concretas, o individual e suas necessidades e desejos era substituído pelo bem do todo, da-

quilo que atendia à maioria. O indivíduo votava contra seus próprios desejos, pois a "polis" estava em primeiro lugar. A cidade, na Idade Média, é o "burgo", e "burgueses" os seus habitantes.

A cidade nasce como símbolo de liberdade, para a qual fogem os servos da gleba. É também o símbolo da igualdade na origem, contra os direitos de nascença da aristocracia feudal. A cidade é um encrave, uma célula doentia que vai fazer ruir o edifício feudal e suas classes-estamento. Mas também é o lugar do "indivíduo", o burguês, cujo "ter" é sua essência. Esta se localiza na propriedade. Por isso seus ideólogos, tendo à frente Locke, vão chegar ao cúmulo de erigir o Estado como portador de uma única função: a de defender a propriedade. Assim, o exercício da cidadania nasceu como a ação do indivíduo cuja essência é a propriedade. Não há o bem comum, mas um conjunto de bens individuais que se somam. Até uma ética é estruturada por outro de seus ideólogos, J.Bentham, tendo como centro o bem do indivíduo.

Fica claro, pois, que as origens dos termos "política" e "cidadania" são absolutamente diferentes, se não opostas.

A Revolução Francesa é o ápice da vitória burguesa. Destronam-se, nos sentidos literal e figurado, a aristocracia e seus aliados. A burguesia, já a meio caminho da vitória na Inglaterra, nas revoluções burguesas do século XVII, assume-se como classe-sujeito. E molda o Estado à sua imagem e semelhança, estruturando-o como seus ideólogos, Montaigne e Montesquieu à frente, haviam imaginado: três poderes, distintos e plenipotenciários em suas áreas de atuação (qualquer semelhança com a Santíssima Trindade não é mera coincidência). E frente a toda essa estrutura está o cidadão. A mesma ideologia burguesa se encarrega de cimentar o todo social, fazendo com que todos sejam ou possam ser cidadãos. É a ideologia da liberdade e da igualdade; da origem igual para todos. E para que não pairem dúvidas, esmagam os "babeufs" da vida e seus "sans-coulote", não só no momento mesmo da revolução mas também pelas décadas seguintes.

A princípio são apenas nuances quase imperceptíveis que diferenciam os cidadãos. Mas logo ficará evidente que cidadão é o proprietário. Só é igual e livre aquele que é batizado no oceano do "ter". A princípio parece que apenas alguns, uns poucos, estão fora da confraria dos cidadãos. Mas não demorará a ficar evidente, evidente nos ossos à mostra, que o rol dos proprietários, digo, dos cidadãos, é muito pequeno. E tende a diminuir cada vez mais. Assim, cidadania não é prática e nem apanágio de todos, mas de apenas alguns, uns poucos. Só podem votar e ser votados esses poucos; só podem ir e vir esses mesmos poucos; só são iguais esses poucos. Parodiando Aristóteles que havia concedido o Ser apenas para os homens, livres e adultos, da "polis", aqui o Ser (cidadão) vem com o Ter. O Ser é o proprietário; o não-ser são os outros.

A cidade nasce como símbolo de liberdade, para a qual fogem os servos da gleba. É também o símbolo da igualdade na origem, contra os direitos de nascença da aristocracia feudal.

Por isso, cidadania foi um termo abominado pela esquerda, e com razão. Afinal, referia-se ela tão somente ao burguês, proprietário dos meios de produção, que, em sua visão, oprimia e alienava os não-proprietários, ou apenas proprietários de sua força de trabalho. Cidadania era, portanto, ação dos burgueses ou ação dos não-burgueses que, inconscientemente, referendava a opressão, a injustiça, a alienação. O ato de cidadania, no não-burguês, era fruto da alienação, do encobrimento da ideologia burguesa.

Entretanto, segmentos da esquerda, e cada vez maiores, recorreram e recorrem à política em sua forma originária da ideologia burguesa. Reafirmam a busca da conquista dos Executivos e a luta pela constituição de bancadas numerosas no legislativo. Mesmo os grupos que optam por um processo revolucionário muitas vezes procuram espaço nas estruturas estatais burguesas de representação e ação.

CIDADANIA HOJE

Com relação ao termo "cidadania", desde a década de 60 vêm-se reformulando a reflexão em torno de seus significados. Retomando Hegel e sua "sociedade civil", aprofunda-se o estudo de um marxista italiano não leninista, Antonio Gramsci, para quem as sociedades modernas não podem seguir o exemplo russo, sociedade recém saída do estatuto feudal, de tomada do Estado e do Poder. Esta se dá por "guerra de posições", cujo teatro de operações é a sociedade civil. Quer tenham essa base teórica ou não, as reflexões sobre a cidadania vão mostrar as imensas possibilidades de seu uso na "guerra de posições" gramaciana. É dessas reflexões que se perceberá que o primeiro baluarte dessa guerra a ser tomado pelas classes populares é o "ser cidadão", não assumindo nunca que existam cidadãos e não cidadãos.

Assim, cidadania é o ato por excelência da constituição do "homem político", aqui entendido como o homem presente e participante da "sociedade civil", em oposição ao homem em sua existência individual. Cidadania é o ato de maioridade do homem, ao tomar nas mãos a construção de sua própria história e da história da sociedade, além da construção dessa sociedade como um todo. Cidadania é, portanto, um ato de retomada do Ser por aqueles a quem este foi negado em função de sua característica de não-proprietário. O cidadão se reconhece, em primeiro lugar como Homem, portador de potencialidades negadas pela "sociedade política", da qual pouco participa, e da "sociedade civil", ainda organizada e cimentada pela ideologia burguesa e seus valores. Entende, então, que assumir-se como cidadão é retomar o que lhe foi espoliado.

A primeira constatação que se faz é que a estrutura burguesa que moldou o Estado tripartite (Executivo, Legislativo e Judiciário) é alienante. Retirando o Judiciário, que permanece, salvo raras exceções, como um feudo de poucas famílias da nobreza jurídica, o processo de eleições que se realizam, e que são o princípio básico da Democracia Representativa, é essencialmente alienante, expressão aqui usada no sentido de espoliação do Ser ou de parte do Ser do outro. E isto acontece no momento mesmo do ato considerado pilar da democracia burguesa, ou seja, do voto. Naquele momento desfaço-me de meu ser político e outorgo, em pleno direito, àquele(a) em quem votei. E caso este não seja eleito, o meu voto é a outorga plena de meu ser político ao processo e àqueles e àquelas que vão compor os poderes constituídos, sejam eles no Executivo ou Legislativo. E salvo raríssimas exceções, o sistema prosseguirá dentro da "normalidade democrática" até o próximo momento espoliativo, ou seja, na próxima eleição.

O processo político tripartite constituído pela ideologia burguesa, como não poderia deixar de ser, está embasado no mesmo princípio daquele constitutivo do cidadão burguês: o indivíduo e sua propriedade. Assim, os milhares de homens, mulheres e crianças podem perambular pelas cidades, escondendo-se debaixo de pontes e viadutos, enquanto ao seu redor vazios urbanos que são propriedade individual permanecem intocados pelas leis e decretos promulgados e sancionados pelos executivos e legislativos. Da mesma forma a fome pode matar nas beiras das estradas, ao lado de grandes latifúndios, mas estes, como propriedades individuais, são defendidos pelas leis e decretos exarados pelas estruturas políticas existentes. Sem contar os milhões de homens e mulheres que procuram emprego para o sustento de seus filhos, e também de jovens que buscam o sustento para seus horizontes cada vez mais distantes, enquanto seus empregos são corroídos pelas políticas econômicas que têm como único objetivo a preservação da propriedade individual.

Cidadania é o ato por excelência da constituição do "homem político", aqui entendido como o homem presente e participante da "sociedade civil", em oposição ao homem em sua existência individual.

Isto não quer dizer que a Democracia Representativa deva ser considerada como um



empecilho à conquista da plena cidadania. Pelo contrário! Retomando Hegel e sua dialética, o ultrapassamento dialético de um momento histórico por outro não significa a eliminação total do que representou o momento eliminado. No choque da Tese com a Antítese surge uma Síntese que não nega o derrotado, mas o assume em nova substância, para um momento histórico diferente. A Democracia Representativa deve sim, ser entendida como uma redução da Democracia, já que é alienante em si. O seu ultrapassamento dialético se dá na construção da Democracia Participativa. Esta se dará na plenitude da cidadania, quando todos os homens e mulheres, de qualquer idade, raça, etnia, religião ou nas diversas opções de vida, se assumirem como cidadãos, como sujeitos de si e da história, como construtores plenos da sociedade em que vivem, de suas leis e princípios, de suas estruturas de poder e de serviço.

DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA À DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

A Democracia Participativa começa ali nas organizações populares de bairro, nas Comunidades Religiosas de Base, nos grêmios estudantis, nos conselhos municipais de saúde, educação e outros, ali, enfim, onde o cidadão participa das tomadas de decisão sobre o bem comum. Ali, seu interesse individual será ultrapassado pelo interesse do bem comum. E assim, o processo dialético parece mostrar um retorno à "polis" grega. Mas mesmo aqui se mostra a dialética hegeliana. Não se voltou ao mesmo e nem se o negou. Apenas se constituiu outra realidade. Aqui, a "polis" não discrimina ninguém: todos são livres e plenos de cidadania.

A construção dessa Democracia Participativa se dá na ação de cidadãos plenos, na prática da Cidadania Ativa. Esta não es-





Nestes tempos de globalização e liberalismo exacerbado, cuja lógica transforma até o sonho em mercadoria, a própria política, seus atos e agentes foram colocados como em prateleiras de supermercados

pera: age! Esta não assume a ideologia burguesa e se retrai: avança! Esta não aceita as estruturas políticas constituídas contra si: cria outras! É assim nos Conselhos Populares que estão surgindo pela América Latina... É assim nos milhares de cidadãos plenos que exercem a Cidadania Ativa nas reuniões para a elaboração dos orçamentos municipais e estaduais, analisando e refletindo sobre suas necessidades e decidindo pelas prioridades do bem comum.

A Democracia Representativa, alienante e espoliativa, precisa ser ultrapassada. A estrutura política realçada como dogma pela burguesia vencedora da Revolução Francesa precisa ser ultrapassada. Nestes tempos de globalização e liberalismo exacerbado, cuja lógica transforma até o sonho em mercadoria, a própria política, seus atos e agentes foram colocados como em prateleiras de supermercados. Para isso só há um remédio: os objetos dessa estrutura política têm que se transformar em sujeitos. E isso é cidadania. ■

Empoderamento e Poder Local

Susana Sacavino - Novamerica
Rio de Janeiro - Brasil

Diferentes grupos da sociedade civil encabeçados pelas ONGs se manifestaram e pressionaram publicamente durante as recentes reuniões da Organização Mundial do Comércio, realizadas no início de dezembro de 1999 em Seattle, conseguindo resultados satisfatórios em relação ao andamento das negociações. As organizações de mulheres de diferentes partes do mundo, especialmente depois da Conferencia de Beijing (1995), organizada pela ONU, monitoram e controlam a implementação dos acordos sobre as questões de gênero por parte dos governos. O mesmo acontece com o "Observatório da Cidadania"1 , depois da Conferência de Copenhague (1995) sobre desenvolvimento social.

Todas estas situações e muitas mais que poderiam ser listadas têm alguma coisa em comum? Podemos afirmar que elas são expressão da vivência e a importância do empoderamento.

A expressão inglesa, "empowerment", com freqüência apresenta dificuldades na sua tradução. Em alguns casos é traduzida como potenciação, em outros como empoderamento.

O empoderamento se refere às relações de poder, procurando potenciar grupos ou pessoas que têm menos poder na nossa sociedade e se, encontram dominados, submetidos ou silenciados, na vida e nos processos sociais, políticos, econômicos, culturais, etc. O empoderamento têm duas dimensões básicas: pessoal e social, intimamente relacionadas.

A dimensão pessoal está relacionada com o potenciamento do próprio ser e integra aspectos cognitivos, criatividade, auto-conceito, auto-estima e confiança nas próprias possibilidades. Quanto à dimensão social está articulada com os mecanismos de participação e organização. Uma mudança no acesso aos recursos sociais sem uma mudança na consciência pode deixar às pessoas sem a flexibilidade, motivação e atenção para reter e/ou afirmar-se nesse controle, deixando dessa forma um espaço aberto para que outros o ocupem.

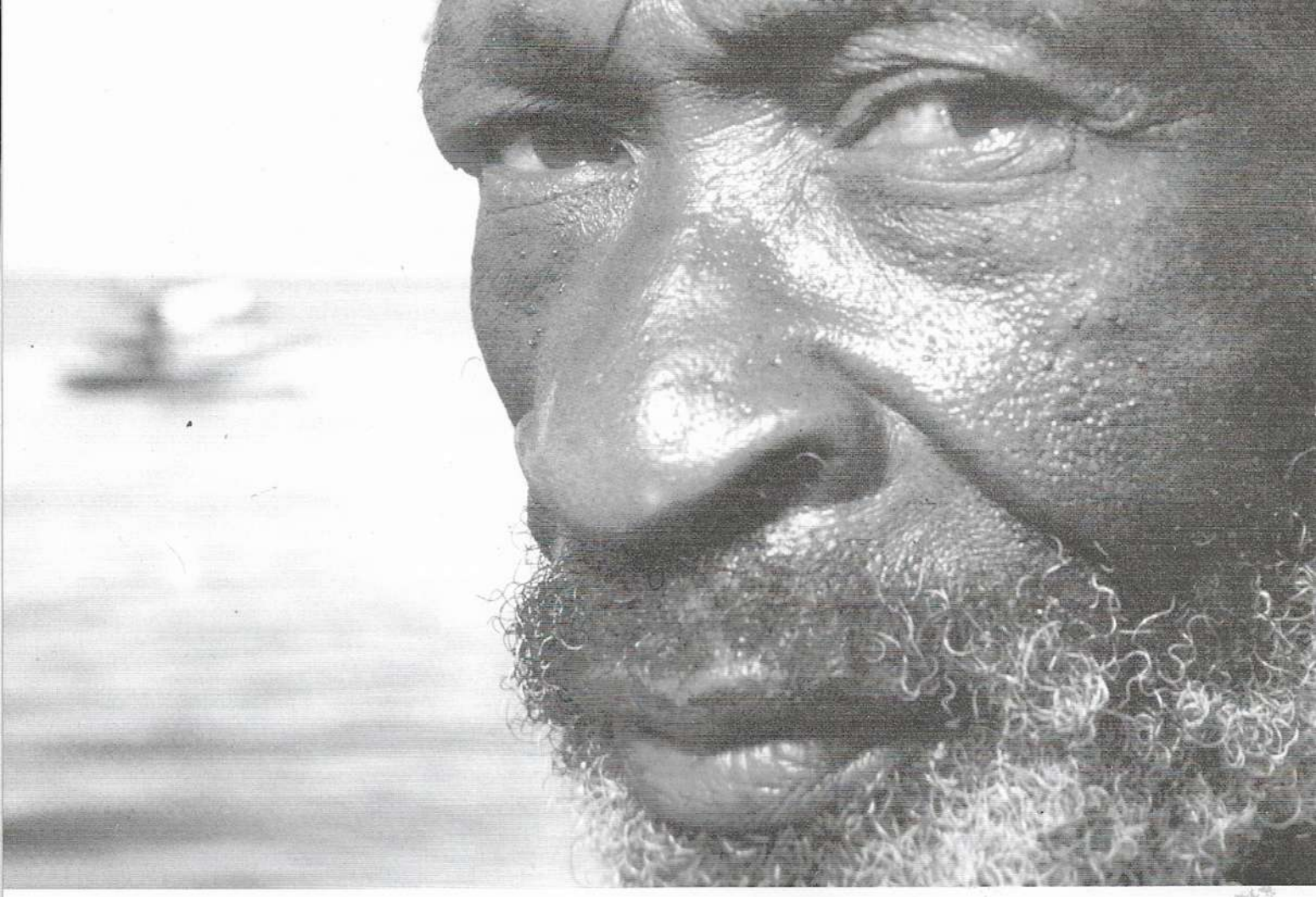
O empoderamento é um conceito muito útil para entender e dimensionar o fortalecimento de capacidades dos atores -individuais e coletivos- a nível local e global, nacional e internacional, público e privado, para sua afirmação como sujeitos e para a tomada de decisões. Não é algo que possa ser feito a alguém por outra pessoa ou grupo. Quando ocorrem mudanças na auto-consciência e na auto-percepção podem ser mobilizadas energias e dinamismos que favoreçam transformações explosivamente criativas e liberadoras. Reservas de esperança e ações propositivas são desencadeadas nas pessoas e grupos que estavam acostumados a olhar para si próprios e seus mundos numa perspectiva extremamente negativa.

Se ninguém empodera a ninguém, se o empoderamento é um processo que se gera através da combinação dessas duas dimensões referidas, o governo não pode gerar empoderamento. No entanto, pode direcionar políticas e ações para favorecer processos de empoderamento em determinadas direções ou orientados a grupos específicos. Como exemplo, estão as políticas de ação afirmativa em relação a determinados grupos, como a política de cotas para ingresso de negros na universidade, que vêm sendo realizadas em vários países.

Outro fator importante para a geração de empoderamento é o espaço e construção do poder local. Entende-se por poder local a composição de forças, ações e expressões organizativas no nível da comunidade, do município ou da micro-região, que contribuem para satisfazer as necessidades, interesses e aspirações da população local para a melhoria de suas condições de vida (econômicas, sociais, culturais, políticas, espirituais, pessoais, etc.).

O poder local, baseado na plena participação e no empoderamento, se constitui num aspecto fundamental para a construção da democracia de baixo para cima, inclusiva e plural, gerando relações de poder mais simétricas e igualitárias.

1 O Observatório da Cidadania (Social Watch) foi criado em 1995, a partir da iniciativa de organizações não governamentais de diferentes países, firmou-se no cenário internacional como uma plataforma de monitoramento dos processos de implementação dos compromissos assumidos no "ciclo social" de conferências das Nações Unidas.



Ação afirmativa e realidade brasileira

Carolina de Campos Melo - Advogada
Mestranda em Teoria do Estado e Direito Constitucional - Rio de Janeiro - Brasil

Problemáticas como racismo y multiculturalismo en el contexto de la realidad brasileña. Las llamadas Acciones Afirmativas, su desarrollo histórico y algunas de sus implicaciones reales. Estos son los temas que aborda Carolina. Para leer, reflexionar y seguir luchando por justicia e igualdad social.

Se existe um substantivo que caracteriza muitas das sociedades contemporâneas, este é certamente Multiculturalismo. Seja o despertar de movimentos nacionalistas em um cenário de globalização, ou o confronto de diversos grupos étnicos ou religiosos no contexto de certos Estados, é a pluralidade cultural que toma o palco da discussão.

No tocante à América Latina, não seria arriscado afirmar que, de forma geral, esta nasce do embate cultural entre a "espada" branca européia e a resistência indígena. Mais especificamente considerada a constituição social brasileira, percebe-se o acréscimo de um outro componente fundamental: a conjunção com os escravos traficados para o país.

1 Há autores que utilizam outras expressões para o mesmo fim, como, por exemplo, "discriminação inversa", "benigna" ou "positiva". Apesar de constituir expressão inerente à realidade norte-americana, acreditamos ser mais aconselhável o uso do termo "ação afirmativa", já que a Constituição Federal do Brasil de 1988, em seu art. 3º, inc.IV, proíbe expressamente qualquer tipo de discriminação.

As medidas de Ação Afirmativa[1] são assim concebidas como uma alternativa para o acesso à escolaridade e a cargos públicos e privados, ou mesmo representação parlamentar, a coletividades, sejam estas raciais, étnicas, religiosas, historicamente despriviligiadas em contextos multiculturais.

Os resultados da "Pesquisa do Padrão de Vida" de 1998 são reveladores da desigualdade social existente entre grupos raciais brasileiros, colocando sob sua mira o romântico mito das três raças. Na realidade, a idéia de uma homogeneidade camufla uma realidade de grande assimilação cultural e verdadeira exclusão sócio-econômica. Primeiramente, a pesquisa constatou que os indivíduos de raça branca ganham em média o dobro dos de raça negra.[2] Quanto à escolaridade, o drama se repete. Comprovado que os níveis de renda dos pais influenciam no desempenho escolar, verifica-se que os estudantes negros, em regra, tem aproveitamento menor que os brancos. Também quanto ao mercado informal, as estatísticas confirmam o mesmo quadro: mais negros trabalham e seu salário menor revela que esses profissionais ocupam as vagas menos nobres.

Cientes de desigualdade tão gritante, capital é o emprego de medidas temporárias que objetivem a liquidação gradual das desvantagens historicamente vivenciadas pelos negros.

Aqui é encontrada a primeira barreira. Quem constitui a raça negra no Brasil? Falaciosa parece a afirmação de que esta comunidade, conforme o censo do IBGE de 1991, corresponda a apenas 5% do total. Note-se que o restante do contingente seria formado de 50% de brancos e 45% de pardos. Quem seriam os pardos, ou mesmos os brancos?

A aplicação de critérios mal formulados pode conduzir à "invisibilidade" de grupos sociais. Apesar da dificuldade de reconhecimento da real raça negra brasileira, este constitui condição sine qua non para a aplicação de políticas de Ação Afirmativa. Tendemos a acreditar que o não estabelecimento de qualquer critério para a identidade racial tem o fito de postergar o debate acerca de tais políticas.

O QUE SÃO POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA

Para um estudo mais atencioso acerca da Ação Afirmativa, é inegável a influência da experiência norte-americana. Pode-se ainda ressaltar o modelo sul-africano: a recente consagração de tais políticas em foro constitucional (1997) e as semelhanças entre nossas realidades sociais são também de grande proveito. No entanto, cabe desde já destacar o risco inerente a qualquer transposição de modelos empíricos.

Partindo assim da realidade norte-americana da década de 60, vislumbra-se uma significativa pressão por parte dos movimentos sociais negros frente às marcantes políticas de segregação. É precisamente por meio da argumentação jurídica levada à Suprema Corte que podemos situar o debate acerca da Ação Afirmativa.

Os argumentos contrários a tais medidas baseavam-se notadamente em duas questões: primeiramente, homens brancos clamavam por seu direito a serem vistos como indivíduos, através de seu mérito, e não como membros da raça branca. Consequentemente, suscitavam que, pelo fato de serem preteridos por sua raça, um programa de cotas seria contrário à 14ª Emenda à Constituição norte-americana.

A aplicação de critérios mal formulados pode conduzir à "invisibilidade" de grupos sociais.

Ronald Fiscus, teórico norte-americano, sugere que a Suprema Corte, ou ao menos os juízes que defendiam a constitucionalidade destas medidas, não fora hábil em propor uma construção teórica sólida capaz de superar definitivamente a força do argumento das denominadas "pessoas inocentes".

Com tal objetivo, introduz uma constelação de argumentos em favor das políticas de Ação Afirmativa. Aduz que estas podem ser vistas sob três prismas: justiça compensatória, justiça distributiva, e ainda questão utilitarista[3].

Analisada como justiça compensatória, a Ação Afirmativa deve ser entendida como uma reparação a lesões ou injustiças efetuadas em face de membros de grupos minoritários ou a seus ancestrais. Esta constitui a mais divulgada concepção de Ação Afirmativa. Refere-se a uma justiça retroativa, voltada para o passado. Enfatiza o autor a dificuldade de aplicação deste prisma, já que qualquer compensação presume a lesão de um sujeito por parte de outro. É difícil afirmar, no âmbito destas políticas, que uma geração de indiví-

2 Brasil de desiguais: Estudo do IBGE revela que branco ganha o dobro de negro e negra metade de branca. in Internet http.// www. correioweb.com.br. "O salário médio dos homens brancos (R$ 881) é mais que o dobro da renda mensal dos negros (R$ 423). Mulheres negras também ganham metade das brancas: R$ 266 contra R$579 por mês". Optamos por privilegiar a disparidade entre brancos e negros. No entanto, não se pode deixar de constatar que a Constituição Brasileira de 1988 concedeu identidade específica e instâncias de proteção à coletividade indígena (artigos 210, parágrafo 2°, 231 e 232).



duos de raça branca deva pagar por erros causados por seus ancestrais distantes.

Elege, outrossim, o prisma da justiça distributiva, através do qual as políticas de Ação Afirmativa constituem a reivindicação do indivíduo ou de uma coletividade em relação às vantagens ou benefícios com os quais eles seriam premiados sob condições justas.

Prossegue em sua análise distributiva, propondo um quadro imaginário. Visualiza uma sala com 100 recém-nascidos; arbitrariamente, estipula que entre os mesmos, 30 pertençam à raça negra e o restante à branca. Imagina ainda que estas 100 crianças crescem em uma sociedade também imaginária, livre de racismo. Esta sociedade, mesmo tendo vivido há um século um regime escravista, hoje já se recuperou desta marca de seu passado. No presente momento, indivíduos brancos e negros conviveriam em plena igualdade nesta sociedade considerada perfeitamente não-racista.

Aos 18 anos, hipoteticamente, estes então jovens procuram uma vaga na Universidade para prosseguir seus estudos. Considerando que nesta sociedade imaginada a pertença a uma raça não seja determinante para o sucesso de seus indivíduos, seria natural que os estudantes ocupassem as vagas em proporção às raças às quais pertençam: das 100 vagas hipoteticamente existentes, 30 seriam proporcionalmente ocupadas por negros e 70 por brancos.

Presumindo a inexistência de diferença entre as habilidades intelectuais inatas, todas as eventuais disparidades que venham a ser encontradas na ocupação destas vagas somente podem ser atribuídas a mecanismos de discriminação racial inerentes à sociedade. Neste aspecto, a reivindicação por justiça distributiva encontra-se precisamente na proporcionalidade desta ocupação. Nota que todos os indivíduos têm o direito de viver em uma sociedade não-racista, "ou, se isso não for possível, de serem tratados como seriam neste tipo de sociedade"[4]

Ao se referir às vagas na Universidade, o autor trata especificamente do debatido caso Regents of the University of California v. Bakke de 1979, quando um estudante branco diz não ter sido aprovado para a Faculdade de Medicina de Davis devido a sua pertença à raça branca. Fiscus nega especificamente as alegações de Bakke, desafiando, em tese, o 'argumento das pessoas inocentes".

Bakke não foi prejudicado pela existência de vagas reservadas para indivíduos negros; na realidade, lhe teria sido permitido competir para a percentagem de assentos que seu grupo teria ganho em uma sociedade não-racista.

3 Nos ateremos aqui aos dois primeiros prismas, já que o terceiro se restringe ao arcabouço teórico do Ministro POWELL da Corte Suprema acerca do "grau de lesão" ao qual poderia submeter-se o indivíduo branco. POWELL leva em consideração, de certa forma, o denominado argumento das pessoas inocentes. Através de sua teoria dos 'graus de lesão' acredita que o indivíduo branco, supostamente, pode arcar com parte do 'peso da Ação Afirmativa'; todavia, para que se adeqüe aos padrões de constitucionalidade, ao mesmo não pode ser imposto um 'peso excessivo'.

No entanto, o autor alerta para o fato de que somente pode-se falar em justiça distributiva se as cotas forem propostas na correta proporção: "a cota não viola os direitos dos brancos quando não exceder a porção do benefício em questão que teria ido para os indivíduos das minorias sob condições de competição justa a dadas assunções não racistas acerca da igualdade inata."[5] Em resumo, não há violação do princípio da igualdade quando há um esforço por parte da sociedade de restaurar o equilíbrio que naturalmente existiria em condições não-racistas.

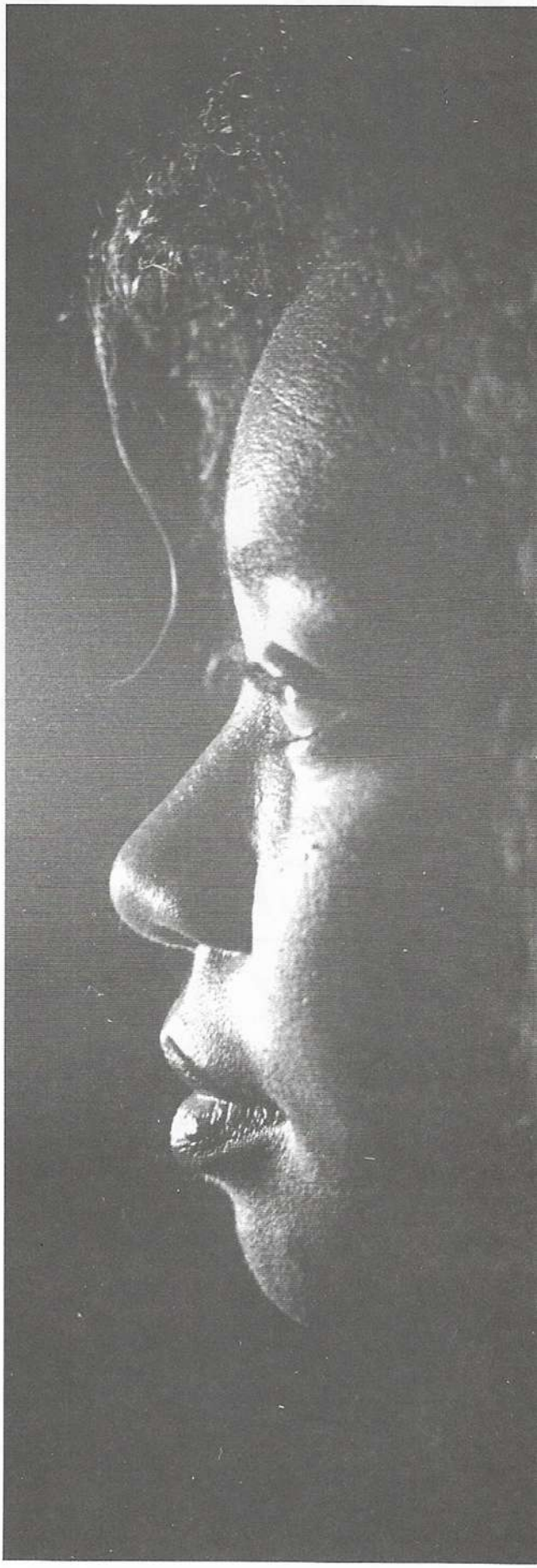
Em termos reais, é notório que vivemos em uma sociedade onde a raça constitui elemento significativo na vida dos indivíduos. É bastante claro que tal sociedade imaginada não passa de uma utopia; todavia, são as utopias que alimentam o senso de justiça dos seres humanos. Apesar da acusação de que os proporcionalistas não estejam enraizados em qualquer realidade social, acreditamos que seu modelo contra-fático constitua um fio condutor para a construção de uma sociedade mais justa.

No entanto, as medidas de Ação Afirmativa não podem esgotar-se em si mesmas. Chegamos aqui à contundente crítica à esquerda realizada em face destas medidas: elas teriam o efeito perverso de se restringir à criação de uma classe média negra, duplicando assim a pirâmide social no interior desta comunidade.

AÇÃO AFIRMATIVA E REALIDADE BRASILEIRA

É precisamente por isto que acreditamos que a aplicação de políticas públicas gerais de melhoria da precariedade social constituem igualmente forma de combater a desigualdade racial brasileira. No entanto, as políticas de Ação Afirmativa devem necessariamente ser articuladas com "políticas de universalização e de melhoria do ensino público de primeiro e segundo graus; com políticas de universalização da assistência médica e odontologia, com políticas sanitárias, enfim, numa ampliação da cidadania da população pobre."[6]

A história brasileira tem demonstrado que as soluções que atendam às classes menos favorecidas são sempre postergadas pelos mais diversos motivos. A população negra não pode mais esperar que um dia seja atendida em suas reinvindicações por maior igualdade social. Não se trata de uma simples alternativa: acredita na luta pelas políticas de Ação Afirmativa a curtíssimo prazo, não se esquivando, no entanto, da eterna luta pelo progresso social. ■



4 FISCUS, Ronald. The Constitucional Logic of Affirmative Action. Durham e Londres: Duke University Press: 1992, p.18

5 Ibidem. p. 38

6 GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Racismo e anti-racismo no Brasil. São: Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Editora 34. 1999. P. 172



Sociedade civil: do local ao global

Liszt Vieira
Professor de Sociologia da PUC-Rio e da Universidade Federal Fluminense
Autor do livro "Cidadania e Globalização"
Ed. Record, 3ª ed., 1999
Rio de Janeiro – Brasil

Local, Global: ¿ processos incompatibles y excluyentes? ¿O nada más que dos caras de la misma moneda? ¿Se puede afirmar que surgió una sociedade civil global? En el interior de estas páginas, usted podrá obtener valiosas informaciones e interesantes reflexiones que le ayudarán a responder estas preguntas y muchas más.

O processo de globalização é em geral visto como um fenômeno econômico que deve ser combatido, pelas suas conseqüências nocivas para os países pobres em vias de desenvolvimento. É apresentado como um fenômeno que se contrapõe aos laços de solidariedade social existentes no plano local e nacional, uma vez que se baseia exclusivamente na dominação do capital financeiro sobre outras instâncias sociais.

A fase mais recente do processo de globalização foi marcada, entre outras coisas, pelo fim da guerra fria e da bipolaridade entre EUA e URSS, surgimento dos "novos movimentos sociais" (ecológicos, étnicos, de mulheres), descentramento da produção,

Arquivo Novamerica

desterritorialização das empresas multinacionais, tornadas agora transnacionais, fragmentação das grandes ideologias e visões de mundo na multiplicidade "pós-moderna", surgimento das primeiras manifestações de uma sociedade civil mundial e de uma cidadania planetária.

Estamos diante de uma nova revolução, fundada na micro-eletrônica, na informática e nas telecomunicações, que desterritorializa o indivíduo, configurando um novo modo de vida. Em seu rastro, já se percebe a tendência ao declínio do Estado-nação bem como a globalização da pobreza e do desemprego que torna descartável a maior parte da humanidade. Simultaneamente, surgem condições mais favoráveis para a defesa dos direitos humanos e da democracia.

A globalização é normalmente associada a processos econômicos, como a circulação de capitais, a ampliação dos mercados, ou a integração produtiva em escala mundial. Mas descreve também fenômenos da esfera social, como a criação e expansão de instituições supranacionais, a universalização de padrões culturais e o equacionamento de questões concernentes à totalidade do planeta (meio ambiente, desarmamento nuclear, crescimento populacional, direitos humanos etc). Assim, o termo tem designado a crescente transnacionalização das relações econômicas, sociais, políticas e culturais que ocorrem no mundo, sobretudo nos últimos 20 anos.

O sociólogo inglês Anthony Giddens define globalização como *"a intensificação de relações sociais em escala mundial que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa" (Giddens, 1990).*

Inspirada, talvez, em algumas oposições clássicas das ciências sociais, como grupos primários x grupos secundários, comunidade x sociedade, casa x rua, é comum encontrarmos a idéia de que "o local une, o global separa". Mas se uma indústria química na minha vizinhança poluir o ar que respiro e a água que bebo, ela separa, ao mesmo tempo em que posso me sentir unido a um grupo, pessoa, evento, ação ou situação situada a muitos quilômetros de distância e aproximada pelos meios modernos de comunicação eletrônica.

Estamos longe da visão maniqueista que apresenta o local como virtude e o global como vício. O externo investe o interno, o local volta a definir o global. A globalização redimensionou as noções de espaço e tempo. Em segundos, notícias dão volta ao mundo, capitais entram e saem de um país por transferências eletrônicas, novos produtos são fabricados ao mesmo tempo em muitos países e em nenhum deles isoladamente. Fenômenos globais influenciam fatos locais e vice-versa.

O global e o local se interpenetram e se tornam inseparáveis. O global investe o local, e o local impregna o global.

O global e o local se interpenetram e se tornam inseparáveis. O global investe o local, e o local impregna o global. Não se trata mais de duas instâncias autônomas que se relacionam de uma determinada maneira, influenciando-se reciprocamente mas mantendo cada uma sua identidade. Trata-se agora de um processo que engloba, em seu movimento, o local e o global combinados. Para melhor compreender esse fenômeno, já se propôs o emprego da palavra "glocal", que incorpora num conceito único as dimensões do local e do global.

O professor português Boaventura de Sousa Santos faz uma distinção entre localismo globalizado e globalismo localizado. O primeiro se refere à globalização bem sucedida de um fenômeno local como, por exemplo, a atividade mundial de empresas multinacionais, a transformação da língua inglesa em língua franca, a globalização da música popular ou do fast food americano, a adoção mundial das leis americanas de direito autoral sobre programas de computador. Já o globalismo localizado diz respeito ao impacto específico de práticas transnacionais sobre condições locais que se desestruturam ou se reestruturam para atender aos imperativos transnacionais. São exemplos os enclaves de livre comércio, desmatamento e destruição de recursos naturais para pagar a dívida externa, uso turístico de sítios históricos e ecológicos, conversão de agricultura sustentável para agricultura de exportação

como parte dos "ajustes estruturais" exigidos pelo FMI (Santos, 1995).

Segundo Otavio Ianni, o mundo vai se transformando em território de tudo e de todos, onde tudo - gente, coisas e idéias - tudo se desterritorializa e reterritorializa, adquirindo novas modalidades de territorialização. À medida em que a sociedade global debilita o Estado nacional, reflorescem identidades, passadas e presentes. A ressurgência de nacionalismos, regionalismos, etnicismos, fundamentalismos e identidades enraiza-se no horizonte dos rearranjos e tensões provocados pela emergência da sociedade global. Ianni, assim como o sociólogo americano Roland Robertson, afirma que a globalização *"não significa homogeneização, mas diferenciação em outros níveis, diversidades com outras potencialidades, desigualdades com outras forças" (Ianni, 1995).*

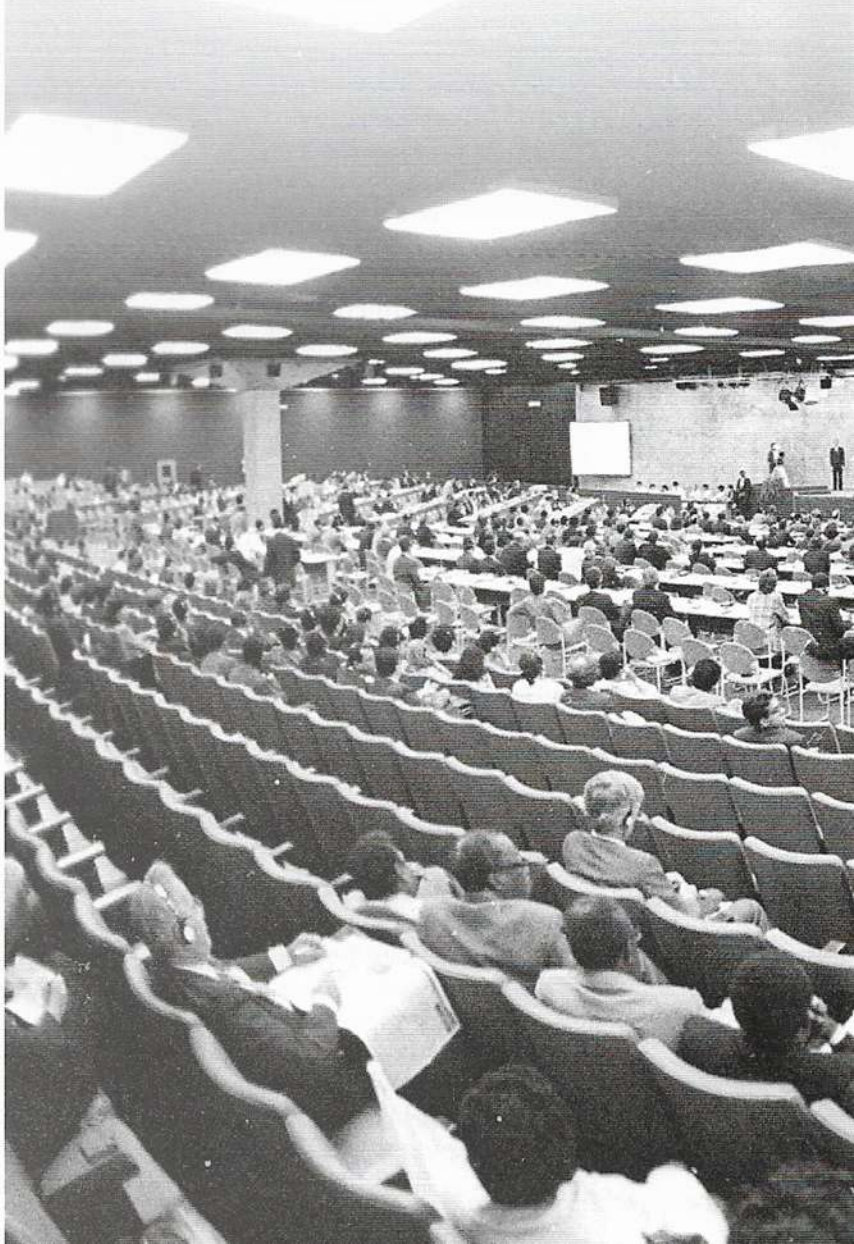
Tratar os Estados como únicos atores pode dificultar a compreensão de relações sociais que não se encontram entre ou fora dos Estados, mas simplesmente atravessam as divisões de Estados, configurando uma vida social ao longo do tempo e do espaço (Giddens, 1990). O Estado-nação é um fenômeno historicamente recente, que vincula os direitos e a comunidade ao território, mas sua supremacia sempre foi débil e está cada vez mais questionada por se contrapor a identidades, comunidades, e valores mais locais e particularistas, ou mais gerais e não territoriais (democracia e pluralismo).

Nas tradições marxistas e liberais, o Estado-nação e a sociedade são quase sinônimos, de modo que os especialistas, tanto de "direita" quanto de "esquerda", tendem a compreender as "relações internacionais" como interestatais. Esta visão dificulta a compreensão da globalização, pois não consegue explicar a multiplicidade de relações sociais que perpassam ou ignoram fronteiras.

O filósofo alemão Jurgen Habermas se preocupa com a cidadania democrática como valor universal: para ele, inscrita no auto-entendimento de Estado nacional, existe uma tensão entre o universalismo de uma comunidade legal igualitária e o particularismo de uma comunidade cultural a que se pertence por origem e destino. Esta tensão pode ser resolvida desde que os princípios democráticos priorizem um entendimento cosmopolita da nação como nação de cidadãos, em detrimento de uma interpretação etnocêntrica da nação como uma entidade pré-política.

Tendo em vista o crescente pluralismo no interior das sociedades nacionais e os problemas globais que os governos nacionais enfrentam no setor externo, "o Estado-nação não pode mais fornecer a estrutura apropriada para a manutenção da cidadania democrática no futuro previsível". O que parece ser necessário é o desenvolvimento de capacidades para a ação política num nível acima dos

Globalização "não significa homogeneização, mas diferenciação em outros níveis, diversidades com outras potencialidades, desigualdades com outras forças" . (Ianni, 1995)



e entre os Estados-nação (Habermas, 1995).

RUMO À SOCIEDADE CIVIL GLOBAL

Expressão de uma crescente necessidade internacional de regulação, que o sistema vigente não podia satisfazer, as organizações governamentais e não-governamentais proliferaram rapidamente. De 1939 a 1980, as organizações governamentais aumentaram de 80 a mais de 600, enquanto as ONGs cresceram de 730 a 6000. Dos anos 80 em diante, esse crescimento é ainda mais impactante.

Um exemplo recente da importância das ONGs no cenário internacional foi o protesto de cerca de 30 mil pessoas, representando milhares de organizações da sociedade civil, na reunião da Organização Mundial do Comércio - OMC – na cidade de Seattle, nos EUA, na semana de 29/11 a 3/12/99. Utilizando diversas formas de protesto, desde debates a manifestações de rua, tais organizações denunciaram os princípios de livre comércio da OMC como responsáveis pelo aumento da pobreza e da desigualdade social no mundo.

É inegável que algumas ONGs, como Anistia Internacional ou Greenpeace, por exemplo, possuem mais peso no cenário internacional do que a maioria dos países. Mas o Estado nacional continua sendo a instância central de legitimação do poder e o destinatário de demandas da população. Conseqüentemente, ao mesmo tempo que a socialização global origina problemas sociais, econômicos e ecológicos - cuja solução os cidadãos exigem do Estado - ela reduz cada vez mais a capacidade dos Estados nacionais para resolver problemas.

A necessidade de regulação política glo-



bal não significa perda de significado do Estado nacional. Mas o Estado não detém mais o monopólio do espaço público. A expansão das ONGs internacionais pode ser vista como um ponto de partida para orientações políticas globais (ou, ao menos, que excedam o nacional), e portanto, também como núcleo para o surgimento de uma sociedade civil internacional.

Ainda não surgiu nenhuma instituição com legitimidade suficiente para desempenhar em escala mundial o papel regulador que os Estados exercem nacionalmente. Após a guerra fria, a ONU vem assumindo posições mais ativas, com intervenções militares ou conferências para discussão de problemas globais - Eco 92 no Rio, Conferência dos Direitos Humanos em Viena (1993), Conferência de População no Cairo (1994), Cúpula Social em Copenhague (1995), Conferência das Mulheres em Pequim (1995), Conferência Habitat em Istambul (1996). Embora de eficácia questionável, as Conferências contribuiram para a criação de um espaço público mundial para o equacionamento de questões planetárias.

A constituição dessa esfera pública global tem permitido a emergência de um ator imprescindível ao processo de globalização: a sociedade civil. Estamos nos referindo aqui à multiplicidade de organizações que , seja em nome dos direitos de determinados grupos sociais, seja dada noção de bem-comum, não se submetem nem às razões de Estado, nem aos mecanismo de mercado: sobretudo as ONGs e os movimentos sociais, que vêm se articulando mundialmente. A articulação transnacional da sociedade civil consiste hoje numa das poucas formas de resistência aos desequilíbrios gerados pela globalização, pois seus princípios éticos apontam para a instituição de direitos a serem universalmente reconhecidos.

O Estado e o mercado, sozinhos, parecem sem condições de enfrentar a crise econômica, social e ambiental em que estamos mergulhados e de resolver os desafios colocados pelos novos tempos. A sociedade está sendo chamada cada vez mais para formular alternativas. A mesma crise que enfraquece o Estado nacional tende, paradoxalmente, a fortalecer as organizações da sociedade civil.

O que significa uma sociedade civil global? A globalização implica a importância crescente do nível supra territorial, ou aterritorial, das instâncias globais, e portanto, a possibilidade e necessidade de desenvolvimento de uma sociedade civil global, definida em função do interesse público e atuando, nos planos local, nacional e global, na defesa da democracia, da diversidade cultural e da sustentabilidade ambiental.

Uma sociedade civil global requer a noção de cidadania planetária, que já não pode ser simplesmente o universalista religioso, o cosmopolita liberal ou o internacionalista socialista. A transição gradual do capitalismo industrial ao de informação, as múltiplas crises de crescimento e uma propagação da consciência ecológica impõem a necessidade de alternativas em busca de uma política eticamente informada e consciente.

O Estado e o mercado, sozinhos, parecem sem condições de enfrentar a crise econômica, social e ambiental em que estamos mergulhados e de resolver os desafios colocados pelos novos tempos.

Last but not least, a construção de uma esfera pública transnacional estará balizada por dois importantes princípios: o interesse público internacional e o patrimônio comum da humanidade. Os direitos humanos e o interesse público internacional erguem limites à afirmação das soberanias e, segundo Celso Lafer, se expressam "através da instauração do ponto de vista da humanidade, como princípio englobante da comunidade mundial" (Monserrat Filho, 1995).

A noção de patrimônio comum da humanidade também reconhece interesses superiores da comunidade internacional face ao impasse entre interesses públicos e privados internacionais. Os dois princípios acarretam uma revolução no Direito Internacional Público, tradicionalmente baseado no conceito de soberania, ao transformá-lo em Direito Geral da Humanidade ou, retomando a expressão romana, Direito das Gentes.



É com base nesses princípios que o movimento internacional das organizações da sociedade civil postula uma nova ordem mundial que coloque as necessidades dos povos, das economias locais e do meio ambiente acima dos interesses das corporações transnacionais e do mercado financeiro internacional. Ao fazê-lo, vem tecendo uma rede mundial que configura uma globalização democrática "por baixo" para enfrentar a globalização econômico-financeira dominante.

Desse embate, depende o destino do planeta e a sorte de seus habitantes. ■

Giddens, Anthony. The Consequences of Modernity. Stanford University Press. 1990.

Habermas, Jurgen. "O Estado-nação europeu frente aos desafios da globalização". Novos Estudos, n° 43, Nov., 1995. São Paulo. 1995.

Ianni, Otavio. Teorias da Globalização. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.

Monserrat Filho, José."Globalização, interesse público e direito internacional". Estudos Avançados, (IEA/USP), n° 25. São Paulo. 1995.

Santos, Boaventura S. Toward a New Common Sense: Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition. Nova York, Routledge, 1995.



A UNDIME e a municipalização do ensino

Maria José Lindgren Alves
Mestra em Educação
Assessora de Avaliação Institucional
da Secretaria de Estado de Educação
Rio de Janeiro - Brasil

¿Qué significa municipalización de la enseñanza básica? ¿Cómo se está produciendo ese proceso en Brasil? ¿Es nuevo? ¿Cuál es su historia? Para responder estas preguntas, lo invitamos a leer el texto que nos ofrece Maria José.

"As soluções mais simples e criativas .. . são freqüentemente encontradas... lá onde o vento faz a curva..."

Genuíno Bordignon

Ainda que a citação possa parecer um tanto parcial, o trabalho realizado nos municípios em pequenas escolas, muitas vezes, oferece saídas fáceis, serve de inspiração para a educação escolar em geral. As razões são muitas e diversas, mas certamente estão ligadas a maior integração comunidade-escola, ao empenho do diretor, à dedicação do professor, entre outras. Prova disso são as experiências relatadas em documentos do MEC ou em revistas educacionais.[1]

Por esse e outros motivos é que se vem valorizando em educação, como em outras áreas, a força do poder local, referindo-se, no caso, ao poder descentralizado nos municípios.

A UNDIME E A MUNICIPALIZAÇÃO

Referir-se a poder local em educação implica trazer à baila o nome da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME - [2], a fim de não se deixar uma lacuna no assunto.

Por que? Porque a UNDIME, embora uma "entidade contraditória", híbrida, constituída por membros governamentais, isto é, pelos dirigentes municipais de educação, enquanto grupo, procura esquecer as características partidárias de governo e poder de seus principais membros tomados individualmente, para tornar-se uma entidade pluripartidária e defensora afinada em voz uníssona das causas da educação pública municipal.

A UNDIME Nacional, criada em 1986, no ímpeto da saída do período ditatorial de 20 anos, uma "adolescente" de 14 anos, é ainda pouco conhecida nos ambientes acadêmicos e escolares. Teve como um dos impulsos principais, a luta pela educação em geral, o que persiste até hoje, reforçando sempre a municipalização do ensino como uma das soluções para os impasses do ensino fundamental público brasileiro, de resultados precários para os mais pobres do país.

MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – *questão polêmica e mal resolvida*

O tema da descentralização não é novo nas políticas educacionais brasileiras, pois desde os anos 20 ou 30 pensava-se na transferência dos encargos do ensino fundamental para os municípios (Cunha, 1995, p. 409) e, em várias épocas, educadores e governantes vêm-se esforçando para tornar realidade essa aspiração de muitos.

A grande reforma da educação é uma reforma política, permanentemente descentralizante.

Por municipalização do ensino, entende-se a passagem gradual e progressiva do ensino fundamental para os municípios, uma vez que a educação básica (ensino fundamental e médio) se encontra, ainda hoje, espalhada pela União, Estados e Municípios.

Os educadores nem sempre aceitaram de bom grado a municipalização do ensino, devido ao modo pela qual ela se vinha processando no país.

No entanto, nomes importantes manifestaram-se favoravelmente à descentralização do ensino fundamental, como Anísio Teixeira e Fernando Azevedo, nos anos 50 e, mesmo que não falassem explicitamente em municipalização, nos termos em que ela é definida atualmente, apontavam para os problemas causados pela centralização autoritária dos poderes em nosso país, bem como para a "falta de interesse ou espírito público". (Ghirardelli, 1990, p. 142)

A grande reforma da educação é, assim, uma reforma política, permanentemente descentralizante, pela qual se criem no municípios os órgãos próprios para gerir fundos municipais de educação e os seus modestos, mas vigorosos recursos, no sentido de implantação local dos sistemas educacionais. (Teixeira, 1968, p. 39)

Os argumentos em favor da descentralização/municipalização vieram acompanhados de uma crítica bastante contundente aos seus modos de execução, advinda de vários educadores e, até mesmo, de entidades.

Namo de Mello, em 1988, por exemplo, apontou, entre outras críticas severas, a forma como foi iniciado o processo, a saber, pelos municipios mais pobres, com o percentual de aplicação de recursos raramente cumprido e implantando-se um tipo de municipalização "de cima para baixo", com recursos repassados "de modo casuístico e

1 O MEC – Ministério da Educação e do Desporto – é o órgão do governo central encarregado das políticas públicas educacionais e vem procurando dar destaque a experiências municipais, sobretudo às recomendadas pela UNICEF. Como exemplo de revista, cito a revista da UNDIME-RJ que apresenta sempre uma seção dedicada ao relato dos projetos educacionais municipais mais bem sucedidos.

2 A UNDIME tem filiadas estaduais, mais ou menos ativas, entre as quais se encontra a UNDIME-RJ – enfoque principal de minha dissertação de mestrado.

sujeito a manipulações políticas" (Mello, 1988, p.52).

Reconhece a autora, no entanto, os méritos da Constituição de 1988 quando, pela primeira vez, se oficializou o sistema municipal de ensino, equiparando a instância municipal às demais instâncias de poder.

Romão (1988, p.60), por outro lado, ainda que aponte para o perigo do "modismo descentralizador" das campanhas políticas, defende a política de municipalização do ensino. Eis um trecho de seu depoimento para minha dissertação de mestrado que reitera o papel da UNDIME na municipalização:

... a UNDIME bota isso na ordem do dia no Brasil e faz um avanço que os outros países da América Latina não conseguiram fazer. Quer dizer, dá ao conceito de municipalização seu significado mais profundo... Então, o país que mais avançou na municipalização foi o último a chegar na discussão. Foi o Brasil..(Romão, 1998, entrevista 12)

Cunha (1995) chama atenção para o "ideário neoliberal privatista" em relação ao ensino fundamental, por razões que vão desde a maior facilidade de transferência de recursos à escola privada até a própria Constituição de 1988, que garantiu recursos para as escolas "comunitárias, confessionais e filantrópicas" e não conseguiu interferir na cultura clientelístca brasileira,[3] muito freqüente nos municípios.

Outro autor que defende a municipalização, mas não como "uma panacéia, remédio para todos os males" é Gadotti (1993). Afirma o educador que há necessidade de implantar a política juntamente com outras medidas que lhe dêem suporte: boa rede física das escolas, equipamentos adequados, aumento do tempo de permanência do estudante na escola, formação continuada dos professores, avaliação permanente do trabalho, entre outras, criando-se uma nova "cultura escolar", com responsabilidades divididas entre todos.

Bordignon (1988), defensor ardoroso da municipalização em educação, vai bem além e, numa visão talvez ingênua, estabelece os papéis de cada poder: a União seria o "articulador geral", o Estado, o "mediador entre o local e o nacional", enquanto ao Município caberia "a gestão local do sistema público e único", até pela possibilidade de políticos e prefeitos terem de prestar contas à comunidade, devido a maior proximidade entre eles.

Pena é que nunca a municipalização tenha sido efetivamente implementada sem problemas que, freqüentemente a invalidam. Chegou-se a denominar, há algum tempo atrás, seu "modus operandi" de "municipalização selvagem"(Neves G, 1994, p.27), pois passava todo o ônus para o município, sem que fossem sentidos os bônus, nem pelo próprio poder municipal, nem pelos usuários da escola pública.

Ninguém discute mais a necessidade de descentralização/ municipalização, mas todos os educadores conscientes querem que ela deixe de ser sinônimo de clientelismo.

Não foram poucas as manifestações contrárias à municipalização, sobretudo pela atuação titubeante dos Estados que não cumpriam os compromissos assumidos nos convênios assinados.

A UNDIME, sempre fiel a seu papel de defesa dos interesses municipais, em praticamente todos os seus fóruns de discussão, vem encaminhando suas reclamações e reinvidicações às autoridades estaduais.

NOVA FEIÇÃO DA MUNICIPALIZAÇÃO – O FUNDEF

A criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, o chamado FUNDEF (Lei 9424 de 24/12/96) deu nova feição aos problemas da descentralização do ensino. Privilegiando o ensino fundamental, o MEC "esqueceu" do ensino infantil de 0 a 03 anos, da educação de jovens e adultos e do ensino médio. [4]

Esse tipo de política do Governo Federal vem sendo acusada de seguir "orientações" tendenciosas do FMI e do Banco Mundial (Rosar, 1995, p.20).

Além da exclusão desses importantes segmentos do ensino, que garantiriam a efetividade e a continuidade da aprendizagem na escola pública, e um acesso maior das camadas menos favorecidas da população à universidade e a carreiras destinadas atualmente, quase que exclusivamente às camadas mais ricas da população, constatam-se, com freqüência, perdas de recursos em municípios

3 Por "clientelismo" entenda-se a prática usual de troca de favores entre determinados grupos políticos que, entre outros males, foram "inchando" o número de funcionários públicos no país.

4 A Educação Infantil fica, em geral, a cargo dos municípios; a Educação de Jovens e Adultos constitui uma rede de escolas de tamanho considerável, por causa do não atendimento adequado na idade prevista por lei - dos 7 aos 14 anos; o Ensino Médio, atribuição dos Estados, tem sido negligenciado pelos governos e ainda não foi atendido como deveria pelo governo central, que vem enfatizando , conforme mencionado no texto ao se mencionar o FUNDEF, o Ensino Fundamental.



pequenos, sobretudo, devido ao critério de distribuição dos mesmos, de acordo com o número de alunos.

Aqui e acolá aparecem queixas dos Estados, como o Rio de Janeiro, que possui uma rede ainda muito grande de escolas do ensino fundamental (cerca de mil escolas).

E, por último, surgem notícias e denúncias de desvios da destinação de recursos, apesar do acompanhamento, que deveria ser mais cuidadoso, dos Conselhos de Acompanhamento do FUNDEF.

Tudo isso atesta a existência do que Monlevade & Ferreira (1997) denominam de "pecados capitais" do FUNDEF.

CONCLUINDO

Controvertida, polêmica, acusada e defendida, a descentralização/municipalização do ensino fundamental parece não mais ter volta no país, no entanto, assim como a UNDIME, cuja institucionalização vai-se tornando realidade no cenário educacional brasileiro de democracia ainda débil, ninguém discute mais a necessidade de descentralização/municipalização, mas todos os educadores conscientes querem que ela deixe de ser sinônimo de clientelismo, de simples "prefeiturização" ou mera transferência de encargos educacionais e financeiros para os municípios, ou mesmo que resulte em prejuízo financeiro para os estados e municípios mais pobres, entre outras falhas apontadas na literatura a seu respeito.

Que a municipalização possa melhorar consideravelmente o quadro de repetência e evasão da escola básica, ainda bastante alarmante no Brasil, garantindo um regime de cooperação[5] Estado-Municípios!

Que a UNDIME se torne uma entidade democrática reconhecida e forte como precisam ser todas as instituições democráticas brasileiras!

Esse é o desejo de todos os que, como nós, "torcemos" por uma educação não-excludente, na qual os benfícios repartidos e compartilhados possam traduzir-se em oportunidade de trabalho e consolidação, para toda a população, da cidadania plena tão sonhada. ■

5 Seguindo o que está escrito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96, em relação à "definição de formas de cooperação na oferta do ensino fundamental (Art. 10 parág.II), a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro criou, a partir de 1999, o Sistema Integrado de Educação Básica – SIEB – com adesão imediata de vários dos 91 municípios do estado.

6 O regime de colaboração está sendo discutido em toda a parte do país, sendo que um dos Estados onde a discussão começou mais veemente foi o Estado do Rio Grande do Sul (RGS). A UNDIME-RJ não se furtou à discussão e, em Fórum Estadual de 1998, discutiu o assunto em mesa redonda com a presença do RGS.

BORDIGNON, Genuíno. Gestão Democrática do Sistema Municipal de Educação. Município e Educação. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire; Brasília, DF: Instituto de Desenvolvimento da Educação Municipal, 1993.

CUNHA, Luiz Antonio, Educação, Estado e Democracia no Brasil. São Paulo: Cortez; Niterói: Ed da UFF; Brasília: FLACSO do Brasil, 1995. 2ª ed.

GADOTTI, Moacir & ROMÃO, José Eustáquio (orgs.). Município e Educação. São Paulo: Instituto Paulo Freire, Cortez; Brasília: Instituto de Desenvolvimento da Educação Municipal, 1993.

MELLO, Guiomar Namo de. Sobre a Municipalização do Ensino de 1º Grau. ANDE-Revista Associação Nacional de Educação 7(13): 14-21, 1988.

ROMÃO, José Eustáquio. Municipalização do Ensino: Sim. Revista Educação Municipal I(1): 60-72, junho de 1988.

_____. Poder Local e Educação. São Paulo: Cortez. 1992.

ROSAR, Maria de Fátima Felix. Globalização e Descentralização: o processo de desconstrução do sistema educacional brasileiro pela via da municipalização.Tese de doutorado. Caps. 1,2,3,4. UNICAMP – Faculdade de Educação, 1995.



Construyendo el poder local desde la educación*

Noel Aguirre Ledezma
Director CEBIAE - Bolivia

Tendo escolhido a educação como foco de atuação principal, a experiência participativa que se desenvolve na cidade boliviana de El Alto, se constitui em um claro exemplo de como, a partir do trabalho coletivo, é possível gerar grandes mudanças. Fique por dentro!

EL CONTEXTO DE CAMBIOS

Indudablemente, ahora más que nunca, se puede afirmar que la sociedad se encuentra atravesando por intensos y acelerados procesos de cambio, los mismos que se manifiestan – para citar los más importantes – en el desarrollo de la tecnología, la globalización de la economía y las transformaciones en la concepción del denominado Estado-Nación.

Estos procesos de cambio también se han hecho parte de las estructuras socio-económicas y políticas de Bolivia. A partir de 1985, se inicia una serie de "medidas de ajuste estructural" encaminada a reconfigurar el rol del Estado. Luego, en el período

Arquivo Novamerica

1993-1997, estos cambios son profundizados con otra serie de disposiciones gubernamentales, entre las que se encuentran las leyes de Participación Popular, Capitalización, Reforma Educativa, Descentralización, Reforma de la Constitución Política de Bolivia, etc.

Estas medidas, traen consigo iniciales modificaciones, como por ejemplo, el reordenamiento territorial, cuya unidad principal es el municipio; y la necesidad de un rol de mayor protagonismo de la sociedad civil y de la interacción de ésta con el Estado. Por su parte, producto de estos cambios y otros elementos del contexto, además de los tradicionalmente existentes – como las organizaciones sindicales o de base –, aparecen nuevos actores políticos en lo local, regional y nacional, entre los que se pueden citar: gobiernos municipales, indígenas, comités de vigilancia, mujeres, jóvenes, etc.

En términos del sector educativo, las leyes de Reforma Educativa, Participación Popular y Descentralización adquieren singular importancia; las primeras porque abren la oportunidad para iniciar cambios profundos en la educación y las restantes porque contribuyen a descentralizar determinadas funciones relacionadas a la educación.

En medio de todo esto, si bien se perfilan perspectivas, tampoco se puede negar que aún se debaten dos enfoques respecto a la descentralización, uno que intenta descentralizar responsabilidades u obligaciones – inclusive económicas – del Estado central al nivel local y otro que considera que es una forma de construir el poder con base en la interacción, participación ciudadana y control de la sociedad civil hacia las acciones del Estado, quizá parte de todo ello explique que la participación social en educación aún sea un tema pendiente en la agenda de cambios. Asimismo tampoco se puede ignorar que los múltiples problemas de El Alto - especialmente sociales y económicos - se acrecientan, así como crece la población de esta ciudad (según el Censo de 1992, aproximadamente 9%).



Arquivo Novamerica

* *Una experiencia participativa para transformar la educación en la Ciudad de El Alto-Bolivia*

EL PLAN ESTRATÉGICO DE DESARROLLO EDUCATIVO

Con el nuevo período gubernamental (1997-2002), por decisión del Poder Ejecutivo y como evidencia de la difícil situación de El Alto, se constituye la Comisión Impulsora de Lucha Contra la Pobreza de esta ciudad, dando inicio a la elaboración de una serie de propuestas para superar las difíciles condiciones de vida de sus habitantes.

En la práctica, las reflexiones sobre cómo mejorar la educación van más allá del ámbito de la Comisión, coinciden con las preocupaciones e iniciativas de varias organizaciones, entre ellas, la Dirección Distrital de Educación, en el Gobierno Municipal y el Centro Boliviano de Investigación y Acción Educativas. Se acuerda que "hay que enfrentar la problemática conjunta, integral y participativamente" y que para ello es absolutamente necesario el diseño e implementación de un Plan Estratégico de Desarrollo Educativo de la ciudad de El Alto (hoy más conocido como el "PEDE" por las iniciales de su denominación). Se elabora una propuesta y queda lo más importante para iniciar este proceso, convocar a la participación de las "organizaciones vivas" y de las instituciones directamente involucradas con el sector educativo de esta ciudad.

Ahí surge un primer logro. Como pocas

veces ocurre en El Alto, aproximadamente 30 organizaciones de El Alto entre las que se cuentan instituciones (Gobierno Municipal, Comisión Impulsora de Lucha Contra la Pobreza, Dirección Distrital y Departamental de Educación, Prefectura, Viceministerios, etc.); organizaciones sociales (Juntas de Vecinos, Federación de Padres de Familia, etc.), organizaciones de profesionales (Asociación de Directores de centros educativos, Asesores Pedagógicos, etc.), obras educativas de la iglesia católica, Universidades, ONGs, Comité de Vigilancia, etc., se sientan "alrededor de una mesa" y más que eso, reflexionan, discuten, comparten experiencias, propósitos y expectativas, construyen "ilusiones" y proyectos, es decir configuran participa-

La posibilidad de construir propuestas de transformación en educación, entre organizaciones de la sociedad civil y el Estado, comienza a ser evidente, pese a las posiciones adversas de otras organizaciones.



tivamente el futuro de la educación de El Alto. La posibilidad de construir propuestas de transformación en educación, entre organizaciones de la sociedad civil y el Estado, comienza a ser evidente, pese a las posiciones adversas de otras organizaciones.

A partir de los diagnósticos y el análisis de necesidades y expectativas, se concluye que los propósitos fundamentales del Plan Estratégico serán los de "mejorar la calidad educativa" y "democratizar la educación".

Se asume que la educación será de mejor calidad si:

- se hace **pertinente**, es decir, si responde a las condiciones y características sociales y culturales de la ciudad así como a las necesidades, expectativas e intereses de sus habitantes;
- permite el desarrollo de una educación centrada en la persona, en sus **valores y principios**;
- contribuye de manera eficaz al **acceso, procesamiento y creación de conocimientos e información**;
- con base en acuerdos de carácter estratégico, se pone en práctica una activa y propositiva **participación social**; y
- se genera una **gestión educativa** eficaz y eficiente.



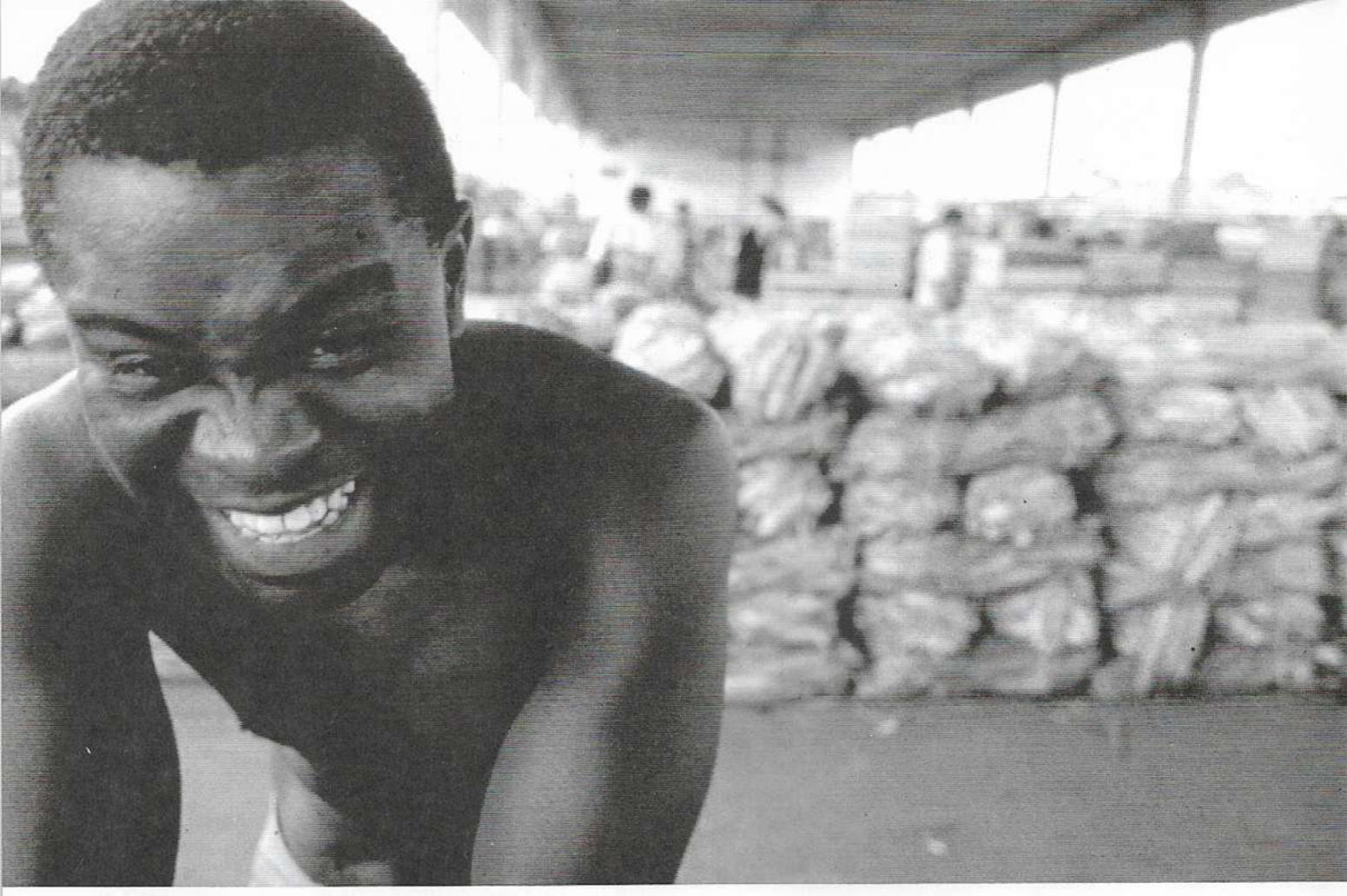
Archivo Novamerica

Por su parte, se sostiene que la educación será democrática si ésta, además de reconocer y asumir las diferentes expresiones de la diversidad (social, cultural, generacional, de género, religiosa, etc.), **contribuye a evitar toda forma de discriminación** así como se generan otros procesos y servicios educativos que contribuirán a asegurar el acceso y permanencia de las personas en "situación de aprendizaje".

También se toman decisiones sobre la gestión del Plan, se asume que se tienen que "aprovechar" las oportunidades que ofrece la coyuntura y la legislación vigente; y que ésta necesariamente debe incorporar la participación socio-estatal así como que tiene que asegurar una gestión altamente eficiente, desprovista especialmente de los vaivenes de los cambios de gobierno. Para ello, se decide organizar un Consejo Educativo, definiéndose como sus principales responsabilidades: la coordinación y concertación de objetivos y acciones; la aplicación, adecuación (regionalización) y seguimiento de las políticas educativas nacionales al ámbito local y la identificación y gestión de recursos financieros.

A partir de estas definiciones estratégicas se elaboran objetivos, metas y proyectos. Los ánimos e intervenciones parecen indicar que existe el propósito y el convencimiento para seguir con la tarea de su implementación y de "pelear" por los espacios que parecen abrirse, pero también surgen dudas sobre su aplicación.

Lo cierto es que con dificultad se aprende a construir, en el marco de la participación, a dar prioridad al bien común sobre el personal o de grupo, a comprender que no sólo los técnicos pueden construir transformaciones en educación, a equivocarse en el camino, a asumir retos... a entender que la educación es "un derecho y una responsabilidad del conjunto de la sociedad" y que los procesos educativos – dentro del aula pero especialmente en su proceso de definiciones- pueden construir poder. ■



Quilombos no Brasil: antigas e novas estratégias

Alecsandro J. P. Ratts
Doutorando em Antropologia Social – USP
São Paulo - Brasil

En este artículo, Alecsandro Ratts nos explica cómo, en vísperas de celebrar 500 años de la llegada de los portugueses a "tierra brasilis", diversos fenómenos están desarrollándose, entre ellos, el "descubrimiento" político y cultural de los quilombos. ¡Vale la pena!

Para Dona Cida, do Cafundó, in memoriam.

Os quilombos constituem uma das maiores experiências coletivas dos africanos que foram trazidos para as Américas e seus descendentes, mas estamos ainda reconhecendo a extensão e a profundidade desse fenômeno histórico. Chamados de *cimarrónes, palenques* ou *cumbes* na América de colonização espanhola, e *marroons* no Caribe e no Suriname; no Brasil, além do termo *quilombo* há também denominações como *mocambo*.

A LONGA "DESCOBERTA" DOS QUILOMBOS

Estamos observando, por todo o Brasil, a identificação de ***comunidades negras rurais***

que na sua mobilização política se auto-definem como ***quilombos***. Estão envolvidos nessa "descoberta" grupos e entidades do movimento negro, organizações não governamentais, antropólogos, historiadores e outros pesquisadores, a Fundação Cultural Palmares do Ministério da Cultura e outros órgão públicos.

Um certo senso comum, que também permeava a produção intelectual sobre o tema, definia quilombo como **um agrupamento negro formado por escravizados fugitivos**, em geral, das zonas cafeeiras, mineradoras e canavieiras. Palmares e seu último líder Zumbi constituíam o grande modelo de quilombo.

Nos anos 80, em vários Estados do território brasileiro, conhecia-se algumas comunidades negras rurais como: Kalunga, em Goiás; Conceição dos Caetanos, no Ceará; Campinho da Independência, no Rio de Janeiro; Cafundó, em São Paulo e; Frechal no Maranhão. Nas zonas rurais do país, no entanto, os agrupamentos negros eram relativamente conhecidos, mesmo nas regiões onde se considerava que havia uma população negra minoritária. Portanto, a contínua "descoberta" dos quilombos tem esse caráter para segmentos da mídia, da universidade e do Estado que, via de regra, se mostram desconhecedores da questão.

Os quilombos constituem uma das maiores experiências coletivas dos africanos que foram trazidos para as Américas e seus descendentes.

A EXPECTATIVA DE DIREITOS

Pesquisadores e militantes do movimento negro perceberam que havia muito mais agrupamentos negros e como algumas dessas comunidades tinham problemas fundiários com fazendeiros, empresas agro-industriais e até mesmo com os poderes públicos. Na Constituição Federal, promulgada em 1988, foram aprovados alguns pontos que se referem diretamente ao tema, como o artigo 216 que inclui os quilombos no "patrimônio cultural brasileiro" e prevê o tombamento dos "sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos" e o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias: "aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos".

Em 1995 realizou-se em Brasília o 1° Encontro Nacional das Comunidades Negras Rurais. Atualmente uma comissão nacional provisória de articulação dos quilombos, composta por representantes das comunidades negras rurais, está preparando o 2° Encontro para o ano 2000, com o apoio de diversas entidades. As principais reivindicações dos quilombolas são o reconhecimento como "remanescentes de quilombo", a titulação das terras e a defesa do território que ocupam.

Em alguns Estados brasileiros, a mobilização articulada das comunidades negras rurais quilombolas tem provocado iniciativas dos órgãos públicos como no Maranhão, no Pará e em São Paulo. Noutros Estados essa movimentação está ancorada na luta de representantes de localidades como Rio das Rãs na Bahia, Conceição das Crioulas e Castainho em Pernambuco, Kalunga em Goiás e Furnas da Boa Sorte no Mato Grosso do Sul.

QUILOMBO: DIVERSIDADE E IDENTIDADE

As comunidades negras rurais apresentam diversas formações: terras de doação ou herança, terras adquiridas ou ocupadas por escravizados ou libertos; algumas se formaram após a abolição da escravidão; há quilombos que abrigaram índios, brancos pobres, soldados fugidos (por exemplo, da Guerra do Paraguai); existiram agrupamentos quilombolas liderados por mulheres; outros, se situavam nos arredores das cidades.

Para caracterizar um quilombo damos prioridade à auto-definição dos moradores de uma localidade negra que reconhecem seu lugar como um quilombo ou como "remanescente de quilombo": o lugar onde seus antepassados

Os quilombos foram se modificando ao longo do tempo e hoje os quilombolas reivindicam políticas públicas de educação, saúde e infra-estrutura básica.





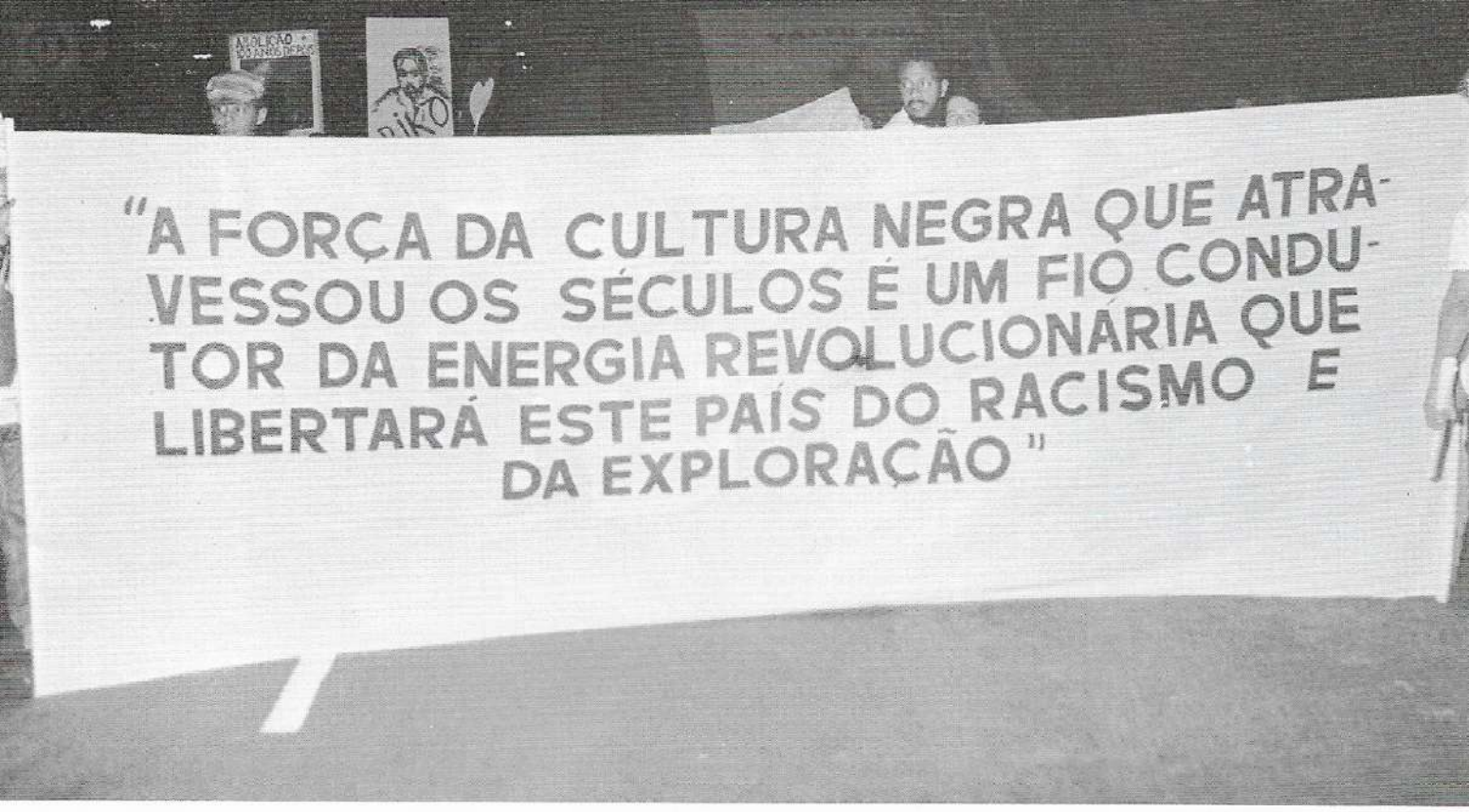
desenvolveram um modo de vida que, apesar de algumas mudanças, é preservado; onde o grupo tem seus critérios de pertencimento para definir quem é ou não do quilombo. Outros termos são manifestações de identidade como "mocambo", "terra de preto". Algumas lideranças evitam o termo "remanescentes" por sua carga pejorativa.

Determinados estudos e pesquisas insistem em rotular os atuais quilombolas como "descendentes de escravos" e "isolados". Por outro lado, em muitas comunidades negras rurais os moradores orgulham-se do passado de liberdade dos seus ancestrais e, ao menos, em algumas localidades do Estado do Ceará, onde realizo trabalho de campo, há um silêncio sobre o "tempo da escravidão". No entanto, aparecem muitas referências memoriais do "tempo ruim": da fuga do recrutamento forçado para a Guerra do Paraguai, das secas, das migrações de nordestinos para a Amazônia. Vários dos antigos quilombolas tinham contato com a sociedade que os circundava – comercializavam, atacavam, migravam, participavam de festas religiosas – mas mantinham, na medida do possível, a vida reservada no quilombo.

A HISTÓRIA CONTINUA...

Atualmente encontramos quilombos cujos moradores se mantêm como agricultores e trabalhadores rurais. Em outras localidades, os quilombolas trabalham nas cidades e retornam nos fins de semana, nos feriados prolongados ou nos tempos de festa. Os quilombos foram se modificando ao longo do tempo e hoje os quilombolas reivindicam políticas públicas de educação, saúde e infra-estrutura básica. Junto com algumas mudanças, procuram viver entre os seus parentes, manter-se na terra e perpetuar a memória.

Os quilombos – que mal aparecem em nossos livros escolares – deixaram de ser um mito do passado: estão em toda parte e têm direito ao futuro, onde é necessária a difícil combinação entre desenvolvimento e preservação do lugar. Algumas implicações desse "aparecimento político" merecem ser pontuadas para reflexões mais profundas:



• a publicação do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 provoca, entre as inúmeras "comunidades negras rurais" no país, uma "expectativa de direitos" que contrasta com a ínfima quantidade de localidades reconhecidas e tituladas até o momento; tanto em âmbito nacional, quanto estadual, órgãos governamentais são pressionados para estabelecer procedimentos de identificações, delimitações e titulação das terras de quilombos; há apenas algumas titulações feitas por órgãos governamentais nacionais e estaduais (LEITÃO, 1999);

• através do trabalho de historiadores tem se ampliado também a compreensão da diversidade de formação de agrupamentos rurais e suburbanos durante o período escravista (e a ele vinculados), para além da noção de quilombo como "reduto de negros escravizados fugitivos" (REIS & GOMES, 1996);

• pesquisas estão sendo desenvolvidas por antropólogos, sociólogos, geógrafos, etnomusicólogos e outros profissionais, evidenciando uma bibliografia em franca expansão (MUNANGA, 1996); parte desses estudos aproximam a emergência dos quilombos com a situação dos povos indígenas no Nordeste (ARRUTI, 1997 e RATTS, 1996);

• um campo "pró-quilombo" tem se configurado envolvendo, basicamente, dois tipos de organizações: 1. Grupos e entidades do movimento negro empenhados no mapeamento, articulação e defesa de comunidades negras rurais. 2. Entidades e organizações de apoio e de assessoria jurídica e ambiental, em geral, que apoiam também camponeses e povos indígenas.

O fenômeno do aparecimento político dos quilombos, que ocorre simbolicamente às vésperas da rememoração dos 500 anos de "achamento" do Brasil (como disse Pero Vaz de Caminha), apresenta um caráter de revisão da história e da cidadania num país que se propaga como multiétnico e plurirracial, mas que passa por regulares fases de (re)conhecimento. ■

ARRUTI, José Maurício Andion. A Emergência dos "Remanescentes": notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. Rio de Janeiro, Mana No. 3(2). 1999, pp. 07-38.

LEITÃO, Sérgio (Org.) Direitos Territoriais das Comunidades Negras Rurais. São Paulo, ISA, 1999.

MUNANGA, Kabengele (Coord.) Palmares. In Revista 1 (Número dedicado às terras de quilombos). Brasília, Fundação Cultural Palmares, 1996.

RATTS, Alecsandro J. P. Fronteiras Invisíveis: territórios negros e indígenas no Ceará. São Paulo, FFLCH-USP. Dissertação de Mestrado (mimeo), 1996.

REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.) Liberdade por um Fio: história dos quilombos no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.



Los Yuras - participación de poder local indigena

Marco Antônio Castro Gamarra
Economista
Diretor Executivo de Investigação Social
e Assessoramento Legal
Potosí - Bolivia

Os Yura, povo indígena que descende dos Aymaras, ao longo dos anos vem resistindo culturalmente, numa luta que tende a preservar sua identidade frente a identidades forâneas. Entretanto, algumas mudanças vem se operando no interior da sua cultura, a nível produtivo, organizacional e político. Você poderá conhece-las após a leitura deste texto!

Los Yuras, un pueblo originario descendiente de los Aymaras que por emergencia de la invasión Cuzqueña fueron sometidos a la cultura y lengua quechua, pertenecieron al señorío de los Wisijsas y como tales conformaban la confederación de los Kara Karas; posteriormente con la conquista española sufrieron cambios en su estructura territorial - organizativa, manteniendo su identidad cultural.

Ubicados en la Provincia Antonio Quijarro del Departamento de Potosí y constituidos hoy, a propósito de la Ley de Participación Popular, en Distrito Municipal Indígena, tienen un territorio de 2.000 Km^2 y una población, según el censo realizado en

1 El censo de 1992 realizado en nuestro país se llevó a cabo en el mes de junio, que es cuando los yuras y otros ayllus y campesinos del departamento de Potosí realizan las migraciones temporales hacia la región tropical de Santa Cruz y hacia la República Argentina, como una estrategia económica de dotarse de dinero en efectivo para subsistir por el lapso de un año. Entonces, los datos del censo no muestran la realidad poblacional de Yura y de otras regiones.

Arquivo Novamerica

nuestro país en 1992, de 4.823 habitantes y según los datos de ISALP, de 7.843 habitantes [1]. La división y ocupación territorial del Jatun Ayllu Yura (Gran Ayllu Yura) se entiende dentro de la lógica andina en dos parcialidades: los de arriba (anansayas) y los de abajo (urinsayas) y en cuatro Ayllus Mayores: Wisijsa, Qullana, Cheqochi y Qorqa. Su estructura organizativa corresponde también a la misma lógica, basada en el servicio y la reciprocidad. A cada Ayllu corresponde una autoridad mayor, el Kuraqa, como la autoridad máxima en todos los acontecimientos del Ayllu, dependientes de él están los kamachis y los Jilakatas. A un nivel menor se encuentran autoridades ligadas más a lo productivo, como los larka Alcaldes y Yaku Alcaldes que se ocupan del arreglo y distribución del agua de los canales de riego para las siembras, respectivamente. La estructura territorial, productiva y organizativa es mucho más compleja de lo que se presenta aquí que, por razones de espacio, solamente insinuamos.

Esta identidad cultural pasó por varios procesos de resistencia, primero en la colonia y posteriormente en la república. Los Yuras se dotaron de estrategias para protegerse de los embates occidentales que intentaron desestructurarlos en nombre del desarrollo.

Los cambios desarrollados en nuestro país y en el mundo, como emergencia de la implementación de los modelos económicos de ajuste estructural a lo largo y ancho de América Latina, con la finalidad de estabilizar las economías de la región e implementar las bases para un nuevo paradigma económico basado en la libertad del mercado, tuvieron sus repercusiones en la lectura y práctica política de la realidad boliviana. Los actores sociales tradicionales, como la Central Obrera Boliviana (COB), la Federación Sindical de Trabajadores Mineros de Bolivia (F.S.T.M.B.) y la Confederación Sindical Unica de Trabajadores Campesinos de Bolivia (C.S.U.T.C.B.), entre los más significativos, no fueron capaces de comprender la magnitud de los cambios implementados a partir del D.S. 21060. Naturalmente que la implementación del modelo económico neoliberal ha pasado por varias etapas de consolidación. Conviene detenerse, brevemente, en los últimos cambios realizados desde la gestión gubernamental de Gonzalo Sánchez de Lozada entre 1993 a 1997, sobre todo referidos a las reformas de la Constitución Política del Estado (CPE) en su Art. 1º y Art. 171, como en la Ley de Participación Popular, entre los más significativos a propósito del tema analizado de Poder Local.

Por más de 500 años el Estado Boliviano y los gobiernos de turno no tuvieron la lucidez de analizar la realidad etnico-cultural.

Las Reformas a la Constitución Política del Estado, en su Art. 1º define a la República Boliviana como libre, soberana, multiétnica y pluricultural, por otro lado, el Art. 171 indica que *"se reconocen, respetan y protegen en el marco de la Ley, los derechos sociales, económicos y culturales de los pueblos indígenas que habitan en el territorio nacional, especialmente los relativos a sus tierras comunitarias de origen, garantizando el uso y aprovechamiento sostenible de los recursos naturales, a su identidad, valores, lenguas, costumbres e instituciones"*, lo que significa el reconocimiento de los ayllus, capitanias y markas, propios de las identidades culturales de nuestro país, que por más de 500 años "oficialmente no existían" o no estaban reconocidas por la legislación boliviana; por otra parte, la Ley de Participación Popular, otorga personerías jurídicas y un reconocimiento y valorización a las formas organizativas ancestrales de los pueblos indígenas y campesinos; además de facilitar procesos de participación en la identificación de sus necesidades, y la canalización de las demandas en sus municipios. Conviene recordar que a partir de la Ley de Participación Popular, se otorga a los Municipios nuevas competencias, entre las que podemos citar la planificación y ejecución de proyectos en sus municipios, a partir de las demandas priorizadas en las comunidades indígenas y campesinas, así como en las Juntas vecinales en el área urbana.

Lo paradójico es que estos cambios en la realidad boliviana fueron realizados por gobiernos neoliberales, lo que significó que en su inicio fueran tildados por los más radicales de "leyes malditas"[2] y por la mayoría de indígenas y campesinos, de escepticismo. Esta actitud se entiende, pues por más de 500 años el Estado Boliviano y

2 Para la dirigencia sindical campesina las Leyes de Participación Popular, de Reforma Educativa y Ley Instituto Nacional de Reforma Agraria (INRA) fueron calificadas de Leyes malditas.

los gobiernos de turno no tuvieron la lucidez de analizar la realidad etnico-cultural y más bien actuaron en contra de los intereses de los pueblos indígenas y campesinos.

LOS CAMBIOS

Yura, desde principios de la década del noventa, con la ayuda de ISALP,[3] se embarcó en una aventura de desarrollo, que parte desde su propia identidad cultural, para fortalecer su experiencia a partir de sus formas andinas de producción basadas en su propia lógica productiva[4], así como el fortalecimiento de su estructura organizativa y de su mundo ritual festivo. Esta experiencia estuvo acompañada de procesos de participación y discusión desde su vivencia y conocimiento andino; es decir, desde su sabiduría acumulada.

Inicialmente, la propuesta institucional de los Yuras e ISALP consistió, básicamente, en fortalecer el modelo del Ayllu a través del programa de Estrategias de Desarrollo con Base Étnica, que toca tres aspectos fundamentales: lo productivo, como un elemento para mejorar la calidad de vida; lo organizativo, con la finalidad de rescatar los roles perdidos (administración y participación política, fundamentalmente) y lo ritual festivo, como elemento catalizador de la esencia cultural.

En lo productivo, se desarrollaron pequeños proyectos destinados a mejorar su producción, como el mejoramiento de sus canales de riego, recuperación de suelos, mediante tecnología de gaviones, carpas solares, sanidad animal, mejoramiento de su producción agrícola, etc. La idea central es que los proyectos en sí no estén destinados a un mejoramiento puramente económico, sino también político y cultural, pues desde la identificación del proyecto, los Yuras han tenido un proceso de participación que les ha permitido reflexionar su identidad y realidad político-cultural. La ejecución de los proyectos productivos estuvo a cargo de ellos dentro de su propia lógica y organización cultural. Todas las tareas del programa fueron orientadas a la generación del sujeto histórico de transformación de los propios Yuras.

En cuanto a lo organizativo, ligado íntimamente a lo productivo, como al mundo ritual y festivo, las autoridades originarias comenzaron a rescatar sus roles y prestigio. Las reuniones en las comunidades y los encuentros constituyeron espacios importantes para la discusión de sus problemas y su

Hoy los Yuras han sido capaces de estructurar, desde su experiencia de vida como pueblo indígena, alianzas con otros ayllus.

cultura; la metodología utilizada de partir de la experiencia acumulada, asi como de su visión del mundo, logró que ellos piensen y analicen sus problemas. No se incorporaron paquetes tecnológicos o educativos. Por el contrario, recrearon su experiencia, la sistematizaron y se plantearon tareas de transformación.

Estos dos aspectos de lo productivo y organizativo tuvieron un efecto en su cosmovisión o mundo ritual y festivo, pues el modelo del ayllu ya no era más una experiencia del pasado, sino que se transformó en un proyecto histórico de recreación de su sociedad, relaciones y de su articulación con el resto del mundo. Se consiguió que el modelo del ayllu se convirtiera en su horizonte de visibilidad. Una propuesta no sólo de desarrollo económico, sino de participación política.

Hoy los Yuras han sido capaces de estructurar, desde su experiencia de vida como pueblo indígena, alianzas con otros ayllus de la Segunda Sección Municipal de Tomave, del departamento de Potosí y de Bolivia. Por eso, las elecciones municipales de diciembre de 1999, tuvieron una especial particularidad en el Municipio de Tomave, pues la experiencia de Yura ha marcado un modelo de desarrollo y de protagonismo político, así como de revitalización de un proyecto basado en la experiencia ancestral del Ayllu. Los Ayllus de Yura, Chikoka, Tauqa, Qh'asa, Sullka y Jila, están siendo protagonistas de un hecho insólito en la historia de la región: se presentaron a las elecciones municipales con sus candidatos propios y con un proyecto político.

Este hecho histórico de participación política de los ayllus, en sí, ya constituye un elemento de mucha importancia en la vida de nuestro país, pues las comunidades indígenas y campesinas siempre han estado marginadas no sólo de la economía, sino

3 ISALP, es una Organización no Gubernamental, que ha priorizado su trabajo de apoyo y fortalecimiento a pueblos originarios desde inicios de la década de los noventa.

4 La lógica productiva del mundo andino está basada en la lógica del don, primando la visión del dar más que el intercambio y la acumulación; Mimk'a. Organización colectiva de trabajo en la tierra, en relación a dos constituciones básicas: la reciprocidad y complementariedad del uso de la mano de obra.



Arquivo Novamerica

también de la participación política boliviana. La existencia de las dos Bolivias - a propósito de la categoría social de René Zabaleta Mercado, de esquizofrenia social, cuando se refería a la Bolivia de los criollos-occidentales y del mundo indígena-campesino - está teniendo un desenlace a favor de una propuesta indígena, al menos en algunas regiones de Bolivia.

EL PODER LOCAL

Los resultados del proceso de reconstitución y fortalecimiento del ayllu, dentro de una postura de desarrollo étnico, supusieron varios cambios. La identidad del ayllu se revitalizó y vuelve a tener contenido histórico, convirtiéndose en un elemento dinamizador y modernizador; ya no es un recuerdo del pasado, comienza a ser una imagen de futuro. Las autoridades originarias, como los Kuraqas y las autoridades menores ligadas a lo productivo, recuperan y asumen otros roles. En 1994 la Ley de Participación Popular (Ley 1551), inicia un reconocimiento a las identidades culturales, además de complementar roles y funciones a los municipios de todo el país, particularmente en el área rural.

Los Ayllus del municipio de Tomave han participado de las elecciones municipales de 1999, con candidatos propios y con una propuesta política. La significación de este hecho, no radicó en alcanzar el objetivo mayor de ganar las elecciones, sino en la participación política misma; es decir, después de más de 500 años, los indígenas en nuestro departamento y país decidieron participar y proponer alternativas de poder local. Este proceso de participación, como se indicó anteriormente, empezó hace algunos años, y lo más significativo es que la elección de candidatos y la visión estratégica ha sido reflexionada y pensada a lo largo de los seis ayllus del municipio, lo que demuestra los gérmenes de una propuesta de poder local y de una reflexión profunda de la realidad étnica regional y nacional.

Si bien las elecciones nacionales tienen una connotación de representación hacia el ejecutivo y legislativo central, las elecciones municipales conllevan una democracia directa o participativa, lo que hace suponer que a corto plazo, esté generando nuevos actores sociales tendientes a una participación en la programación y ejecución de proyectos que identifiquen las necesidades más urgentes de los pueblos indígenas y campesinos de Bolivia.

No sabemos el descenlace de este movimiento, pero estamos seguros que este proceso es irreversible, pues asistimos al protagonismo de nuevos actores políticos que a mediano plazo podrían cambiar el escenario político regional y nacional. ■

Centro-direita, opção do continente?

América Latina tende aos conservadores,
mas agenda social será tema obrigatório para todos

Marinilda Carvalho
Jornal do Brasil, 2 de Janeiro de 2000

A América Latina do ano 2000 tende à centro-direita, afirmam os analistas. Os mesmos que, há dois meses, previam uma onda rosa para o continente. Após a vitória de Fernando de la Rúa na Argentina e antes da abertura das urnas no Uruguai, no Chile e na Guatemala, e antes também que Alberto Fujimori anunciasse que disputará um terceiro mandato, os especialistas previam que as eleições dos meses finais de 1999 e do ano 2000 levariam políticos progressistas aos palácios dos governos.

Mas tudo mudou da noite para o dia. O direitista Jorge Batle venceu em segundo turno no Uruguai o socialista Tabaré Vásquez, favorito meses seguidos; o pinochetista Joaquín Lavín surpreendeu o também socialista Ricardo Lagos no primeiro turno do Chile - o segundo é em 16 de janeiro*, e diz a tradição que a direita geralmente vence o duelo; na Guatemala, a ultradireita do ex-ditador Efraim Ríos Montt acaba de eleger seu candidato-marionete, Alfonso Portillo.

Para completar, na segunda-feira Alberto Fujimori inscreveu sua candidatura à re-reeleição no tribunal eleitoral peruano.

Se ele já liderava as pesquisas sem ser oficialmente candidato, agora é o franco favorito em 9 de abril. O México torceu por uma inédita aliança entre esquerda e direita, capaz de tirar do poder o eterno PRI, que controla o país há 70 anos. Mas as negociações fracassaram, e o candidato priista, Francisco Labastida, é favorito na eleição de 2 de julho de 2000.

Foco - Sejam de direita ou de esquerda, porém, os novos governos latino-americanos enfrentarão um desafio comum: mudar o foco das ações. Se nos anos 80 a prioridade era a consolidação da democracia e nos 90 as reformas econômicas, nos próximos anos a ênfase deverá mirar a agenda social. Combate à pobreza e redução das desigualdades serão prioridades, sob pena de a região voltar a experimentar convulsões sociais.

Crescem pressões populares também pela ética na política, contra a corrupção e o desvio de verbas públicas. Washington oberva com temor e reprovação, por exemplo, o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, brandir a Constituição como arma para desmontar um Judiciário corrupto e fecha um Congresso controlado há 40 anos pelas elites, que usaram o poder para depositar US$ 100 bilhões no exterior e jogar 80% da população de um país rico em petróleo abaixo da linha da pobreza. A Venezuela voltará às urnas pela sexta vez em 12 de fevereiro para eleições gerais que renovarão os poderes públicos de cima abaixo, como manda a nova Constituição. O próprio Chávez vai se candidatar novamente a presidente.

"Apesar da legitimidade eleitoral, os regimes atuais não são autênticas democracias liberais porque continuam submetidos a fortes interesses e carecem de ética pública", afirmou, em artigo publicado no diário argentino La Nación, o especialista em relações internacionais Juan Gabriel Tokatlian, que leciona na Universidade de San Andrés, em Buenos Aires. Como observou o histori-

ador mexicano Jorge Castañeda, os latino-americanos atribuem às reformas econômicas exigidas pela globalização a recessão e o desemprego. A reação pode vir em forma de turbulências, replicando a tragédia da Colômbia, teme o Conselho de Assuntos Hemisféricos (Coha), centro de estudos sediado em Washington.

O Coha considera "ridículo" prever-se o cenário em que Hugo Chávez buscaria criar uma nova Cuba, como receiam o Congresso e o Departamento de Estado americanos. Dependente das divisas do petróleo (75% de suas exportações são para os EUA) e do aval do FMI para empréstimos externos, a Venezuela não ousará assustar investidores ou multinacionais. "Seria como Chávez dar um tiro em cada pé", diz. Para o Coha, preocupante é a tendência de Chávez a nomear militares para altos cargos. "A história da América Latina mostra que o envolvimento de militares no governo é que ameaça as instituições democráticas."

Renovação - Os observadores vêem porém sinais positivos de mudança para os próximos anos. "Há uma renovação da própria gerência política na região, uma troca de geração", disse recentemente ao JB a brasileira Monica Hirst, professora de relações internacionais na Fundação Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso). "O lado bom é que isso indica uma injeção de oxigênio nas propostas sociais."

De qualquer modo o exercício da política será mais prático e previsível, dizem os analistas. Por exemplo, o novo presidente argentino, Fernando de la Rúa, fez questão de afirmar a ruptura de seu país com o passado de golpes e guerrilhas.

Estudo divulgado em dezembro pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) indica: as alianças comerciais serão a saída do continente, após um ano cruel. No balanço de 1999, só México, Panamá e Costa Rica escaparam da recessão e do desemprego e tiveram crescimento do PIB.

Para os Estados Unidos, contudo, os temas de sua agenda latino-americana continuarão a ser terrorismo, tráfico de drogas, corrupção, meio ambiente e direitos humanos. Continuarão a preocupar o Pentágono em 2000 a situação crítica da Colômbia - o melhor exemplo de que ter um governo eleito democraticamente não resulta necessariamente na proteção de direitos humanos, segundo a organização americana Human Rights Watch (HRW) em relatório de 1999. Em outro país citado, o Peru, a fraqueza crônica das instituições políticas e judiciais, "promovida pelo governo autoritário do presidente Alberto Fujimori", contribuirá para as violações de direitos humanos, disse a HRW. A conclusão: as democracias da América Latina, ainda que estáveis, "demonstram dificuldades em lidar com as exigências de garantir segurança e justiça públicas, e ao mesmo tempo respeitar os direitos humanos".

O caso de Augusto Pinochet, detido há 14 meses em Londres, foi o lado positivo, ressaltou a HRW - um sinal de que a soberania nacional não pode ser mais usada para garantir impunidade. A entidade pediu aos governos do continente um exame profundo das causas da persistência da violência na região, entre elas a impunidade dos criminosos poderosos, a pobreza e um Judiciário corrupto e ineficiente. Os próximos meses dirão se o conselho foi seguido.

** Esta notícia foi publicada antes do 2º turno no Chile.*

La Falda, 10 de enero de 2000

Srta. Susana Sacavino

Adjunto unas reflexiones sobre el voto argentino, que me han sugerido las consideraciones del artículo de Newton Carlos, por Uds. Reproducido.

No cabe duda que mis expresiones son las de un militante del Movimiento Nacional de aquellos tiempos, de alguien que vivió esa epopeya. Es por ello que decidí responder a las afirmaciones del articulista, con la historia de esos años recopiladas por gente que la vivió. Nosotros, los peronistas, vivimos una historia de persecuciones, muerte, fusilados y encarcelados y los latinoamericanos que leen Nuevamerica, no deben caer en errores provocados por plumas tendenciosas.

EL PERONISMO

Como lector de Nuevamérica, no puedo silenciar mi opinión sobre el artículo de Newton Carlos del Jornal do Brasil que la revista reproduce en su número de diciembre de 1999.

[.....] Empecemos diciendo que el voto en la Argentina se impone como secreto y obligatorio en 1912 gracias a Hipólito Yrigoyen. Pero las elecciones siguen siendo tan fraudulentas como lo eran antes. Allí se votaba bajo la mirada atenta del Juez de Paz y de los matones del caudillo de turno o si alguno se equivocaba o el resultado se volvía en contra del «sistema» se volcaban las urnas y la fiesta terminaba. Este sistema perduró hasta que en la Argentina se produjo el 17 de octubre de 1945, fecha en la que el pueblo rescató al entonces Coronel Juan Domingo Perón de la cárcel que le había impuesto la oligarquía.

Este hecho revolucionario, único en la historia argentina, llevó a las elecciones para presidente del 24 de febrero de 1946, las primeras sin fraude y sin matones. Una elección donde el pueblo pudo expresarse por primera vez sin presiones, habiendo sido el inicio de una era de elecciones libres antes no conocidas.

Este fue el triunfo electoral del naciente peronismo que tuvo como consigna «Perón o Braden». En estas elecciones ganó el Coronel Perón contra la Unión Democrática, que reunía a todos los partidos del país: radicales, demócrataprogresistas, socialistas, comunistas, conservadores y tenía al frente, como principal apoyo, al embajador de Estados Unidos, Sprille Braden. A estas elecciones siguieron las conquistas sociales, políticas y económicas del pueblo argentino, se logró el voto de LA MUJER. Se impuso el sistema de contratos de trabajo colectivos. Se establecieron las vacaciones pagas para los trabajadores.

Se construyeron tres escuelas por cada día de gobierno, se nacionalizó el comercio exterior, que estaba en manos de monopolios internacionales. Se crearon más cooperativas con el apoyo del gobierno, que en toda la historia (sobre todo agrarias). Se impuso la justicia social como meta de gobierno y nadie en el país estuvo sin poder trabajar. Se fundó el ALAS, sindicalismo asociado Latinoamericano. Se abrieron las puertas de las universidades al pueblo y a los estudiantes latinoamericanos, que eran muchos y muy queridos en las facultades. Se reformó la Constitución Nacional, declarando a los hidrocarburos propiedad inalienable de la Nación Argentina, la industria nacional se desarrolló hasta llegar a tener una planta atómica y una fábrica de aviones a reacción (hablamos de 1945/55). Toda la prensa existente estaba contra el gobierno, hubo nuevas elecciones libres en 1952 y Perón ganó nuevamente. Debemos destacar el latinoamericanismo de Perón, que sostenía siempre la necesidad de una unión latinoamericana. Recordemos el pacto de unión aduanera con Chile.

Los intereses internacionales y la oligarquía vernácula unida a sectores de la clase media derrocó a Perón, en un sangriento golpe de estado, donde se bombardeó al pueblo indefenso en Plaza de Mayo, se fusiló a civiles y militares peronistas y SE PROHIBIO EL NOMBRE DE PERON Y EL DE EVA PERON (Decreto- ley 4151), las marchas partidarias y el nombre de cualquier personaje del gobierno peronista caído. Esto se sancionaba con cárcel. El pueblo, sin embargo, siguió siendo protagonista de la historia. Es la época llamada "de la Resistencia". En 1957 se llama a elecciones para reformar la constitución (la que se sancionó en 1949, había sido derogada por un bando militar), se prohibe la presentación del peronismo o de cualquier partido que tuviera algún rasgo semejante o candidatos que fueran peronistas. Perón pide que se vote en blanco. La historia dice que ese día NEVÓ en Argentina, el voto en blanco se impuso a todos los otros y aquella constituyente fracasó porque algunos electos tuvieron vergüenza y se retiraron de las deliberaciones.

Cuando se eligió a un radical llamado Illia este obtuvo solo el 22% de los votos ya que el peronismo votando en blanco superó el 40%. Siguieron otras proscripciones, se llegó a 1973, en que se permitió la presentación del peronismo, pero se prohibió que Perón fuera el candidato. Así se elige a Cámpora. Perón regresa al país y reúne a su llegada 4 millones de personas (éramos 25 millones de habitantes entonces). Campora renuncia y Perón se presenta como candidato, ganando por el 72% de los votos.

El General Perón toma el gobierno y en su mensaje a las Cámaras y al Cuerpo Diplomático lanza su MODELO ARGENTINO DE PROYECTO NACIONAL. Una de las primeras medidas que toma es EL LEVANTAMIENTO DEL BLOQUEO A CUBA, con la que se inicia un importante intercambio comercial, sobre todo de automotores argentinos, tractores etc. Perón que era un latinoamericanista empedernido nos dijo a los hijos de la Patria Grande «el año 2000 nos

encontrará Unidos o Dominados». Murió a los dos meses de haber asumido la presidencia.

EL VOTO ARGENTINO

El voto del Pueblo Argentino tuvo sus expresiones más fuertes en la época del peronismo y de la Resistencia, ya que el voto era un arma para enfrentar concretos problemas nacionales, sociales, económicos y políticos. Durante los 18 años de proscripción acudíamos a votar para utilizar el voto como un instrumento en procura de determinada meta.

Muerto Perón y llegada la dictadura militar del 76, el voto volvió a retomarse en 1983. Creíamos que seguía siendo un instrumento como antes lo era. El triunfo de Alfonsín y las elecciones subsiguientes nos trajeron a la realidad. Se trata sólo de un telón que manejan los medios de comunicación y las multinacionales. El voto perdió aquel sabor a victoria popular que tenía en las épocas que relato, ahora es sólo una forma socialdemócrata de otorgarle poder a uno u otro bando político, que en el fondo no difiere demasiado.

Juan Carlos Carr

---

22 de enero de 2000
Queridos Amigos de Novamerica:

Quería expresar algunas consideraciones acerca del instigante y mobilizador artículo del periodista brasileño Newton Carlos sobre la trajectoria del voto en la historia Argentina, publicado en la última edición de esta revista.

Me pareció muy interesante, para el ejercicio de la memória crítica y la prospectiva, esta provocante tentativa de reseñar, retrospectivamente, el itinerario social y político del sufragio en la breve y trágica experiencia democrática argentina. Su síntesis vale más por la limpieza de su sintaxsis que por sus evidencias, mobilizando corazones con sus afirmaciones, a pesar de sus generalizaciones y notórias omisiones sobre el valor histórico de ciertos sujetos y procesos políticos que fortalecieron el sistema democrártico en Argentina, especialmente cuando se refiere al controvertido legado de la experiencia peronista.

La distancia ofrece al observador ciertas ventajas y desventajas. Le posibilita la chance de crear una perspectiva panorámica, genérica de la "forma" aparente del objeto observado, corriendo el riesgo de empobrecer la comprensión del fondo que la contiene. Ese parece el limite de la urgencia del oficio de periodista. Porque es sólo aproximar la lente para percibir que las cosas no son tan simples, ni sus contornos tan claros ni sus movimientos tan lineales, como pretende Newton Carlos. Sobre todo cuando el objeto in foco es el colectivo humano, sus luchas, sus conquistas y derrotas. Sin duda, el lugar, el tiempo y la distancia configuran la mirada y el relato. Esto a priori puede jugar a favor del periodista. Sin embargo, el calor del compromiso vivencial como argentinos con "nuestra" experiencia política, su difícil presente y el futuro pendiente puede, y creo debe, ser optimista, sin ser ingenuo o dogmático, sumando otros ingredientes que nos ayuden a cambiar el sabor amargo y la visión de un destino manifiesto que la lectura de esa reseña nos deja en la boca.

La historia del voto en la argentina no está muerta. Ella esta enferma, sí, pero se mantiene viva gracias a la fuerza de una tradición que la apuntala y a la esperanza de un presente abierto y pleno en desafios. Depende mucho de nosotros colaborar para su recuperación en esta nueva encrucijada, por cierto ni la última, ni la primera. ¡Larga vida al voto ciudadano!

Marcelo Carlos Gantos
Argentina

---

10 de enero de 2000
Sres. Nuevamerica

De nuestra consideración

Chirapaq es una asociación sin fines de lucro que además de otras actividades, revalora el rol protagónico de la mujer en el desarrollo de la sociedad india y noindya prioriza a la niñez y la juventud por ser grupos más vulnerables.

En esta oportunidad queremos comunicarles, que contamos con una edición bilingüe (Inglés – Español) titulado "El Andar de las Mujeres Indigenas" en el cual hemos reunido el material que existe en Chirapaq, acerca del proceso seguido por las indígenas.

El contenido de la presente publicación tiene información ágil del proceso organizativo, se puede encontrar la reproducción de documentos de los diferentes eventos acompañados de información complementaria sobre pueblos indígenas. Esta edición responde a la necesidad de tender puentes con nuestras hermanas indígenas de habla inglesa.

La donación por esta publicación es de U$ 26.00 (dolares americanos).

Esperando su gentil apoyo y solidariedad,

Muy fraternalmente

Tarcila Rivera Zea - Chirapaq
chirapaq@amauta.rcp. net.pe

TODA A REALIDADE LATINO-AMERICANA EM UMA SÓ REVISTA

São muitos e diferentes temas para o ano 2000:

Paz

Violência

Sociedade Global

Exclusão

Corrupção

Consumo

Justiça Social

Novas Tecnologias

Identidade

Poder Local

Espiritualidade...

ASSINE AGORA!

Leia NOVAMERICA - A Revista da Pátria Grande

XIII ENCONTRO NACIONAL FEMINISTA

26 a 30 abril de 2000

O feminismo nos 500 anos de dominação: resistência, conquista e perspectivas. A ser realizado em **João Pessoa, Paraíba, Brasil**. *Informações pelo telefone (83) 222 3995, fax (83) 222 7069, Email: coenf@zaitek.com.br*

CURSO LATINO-AMERICANO PARA MILITANTES CRISTÃOS

1° a 27 maio de 2000

A ser realizado em **São Paulo, SP, Brasil**, organizado pela Cesep. *Informações pelo telefone (11) 3105 1680, fax (11) 239 1169, Email: cesep@ax.apc.org*

10° ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO

29 de maio a 1° de junho de 2000

Objetivando analisar os novos desafios da prática pedagógica na perspectiva da multiplicidade de sujeitos, saberes, espaços e tempos presentes na sua dinâmica e as implicações desta problemática para a formação de professores e para as políticas públicas na área de Educação, este evento será realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, **Rio de Janeiro, Brasil** e contará com o apoio das diversas Universidades sediadas nessa capital.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS

15 a 16 junho de 2000

A formação virtual no novo milênio. ONLINE EDUCA MADRID. Enfoque Ibero-americano e Perspectiva Global. Evento a ser realizado no hotel Husa Princesa, **Madri, Espanha**, com o apoio da Universidade Nacional de Educação à Distância. *Informações pelo telefone 34 91 319 3941, fax 34 91 391 5324, E mail: icefspain@icef.com*

II MUTIRÃO BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO

23 a 28 julho de 2000

Organizado pela União Cristã Brasileira de Comunicação Social, este evento será realizado em **São Paulo, SP, Brasil**, objetivando refletir sobre o tema Solidariedade na Aldeia e no Global. *Informações pelo telefone/fax (11) 5589 2050, E mail: ucbc@cidadanet.org.br*

INSTRUÇÕES PARA OS COLABORADORES

A Revista NOVAMERICA/NUEVAMERICA publica artigos, objetivando colaborar com a construção de uma sociedade mais justa, fraterna e democrática, promover o diálogo entre distintas culturas, propiciar elementos para uma reflexão crítica sobre a problemática latino-americana, bem como apoiar os movimentos sociais que reforcem a sociedade civil, promovam os direitos humanos e a afirmação das diferentes identidades presentes no continente.

Os trabalhos enviados serão apreciados e revistos pelos Conselhos Editorial e Técnico, que opinarão sobre a possibilidade de sua publicação. Qualquer modificação substancial indicada na revisão será submetida ao autor. Os autores cederão os seus direitos de reprodução dos artigos aceitos à Revista NOVAMERICA/NUEVAMERICA que, entretanto, autoriza a reprodução dos mesmos em outras publicações, com a citação da fonte original e o envio do(s) respectivo(s) exemplar(es) .

Os artigos deverão ter no mínimo 2 laudas e no máximo 4 laudas (70 toques x 30 linhas, letra times new roman, corpo 12, espaço 1, 5 linhas, em formato A4). As citações de até três linhas deverão ser feitas no próprio texto entre aspas e em itálico. Já aquelas com mais de três linhas deverão ser feitas, usando parágrafo, em espaço simples, sem aspas e em itálico. As notas deverão ser numeradas na ordem em que surgem no texto e listadas no final do trabalho. Indicar fontes e/ou referência bibliográfica.

As colaborações deverão ser enviadas em disquete 3 1/2 (além do texto impresso), editados em Microsoft Word for Windows, versão 6.0 ou 7.0, salvado em Documento do Word ou RTF. Além disso, devem ser acompanhadas de um resumo de até 100 palavras e de uma folha de identificação contendo: título do artigo, nome do autor/a, nacionalidade, título acadêmico, função principal, endereço, telefone e/ou fax.

SUSCRIPCION ANUAL

Brasil: R$30,00
Otros Países Latinoamericanos y África: U$15,00
Europa, Asia y Estados Unidos: U$30,00
Suscripción de ayuda: U$50,00
Cada número: R$8,00/U$6,00

Las suscripciones podrán hacerse directamente a Nuevamerica (Brasil), con tarjeta de crédito: Visa, Diners Club International, Master-Card/Credicard, Maestro.

PUEDE SUSCRIBIRSE O ADQUIRIRLA EN:

Argentina: Elena Picasso
Moreno 935, 3560 - Reconquista - Santa Fe
Tel: 03482-421794
E-mail: elenapicasso@ciudad.com.ar

Bolívia: Ruth Riskowsky
Casilla 2419, Cochabamba
E-mail: rilov@comteco.entelnet.bo

Brasil: Giovanina Pedroza
Rua 19 de Fevereiro, 160, Botafogo
Rio de Janeiro - RJ - Cep:22.280-030
Tel/Fax: 021 295-8033/542-6244
E-mail: novamerica@ax.apc.org

Chile: Maria Paz Sanches y Antonia Altuna
Vergara 174, Santiago 3 Tel: /2/6966880
Fax: /2/6988844 E-mail: poveda@interaccess.cl

Colombia: Consuelo Vélez
Avda. Caracas 41-44 Apto.503 Santafe de Bogotá - Colombia Tel: /1/ 2327179
E-mail: ccaro@multiphone.net.co

Europa, Ásia África y Estados Unidos:
Maria Isabel Ruiz
Calle Antonio Arias nº 15, 3º C 28009 - Madrid
Tel: /34/9 1/5733539

Guatemala: Maria del Carmen
4ª Calle 3/09 zona 12 Colonia El Mexquital
01012 Guatemala Tel: 4797733
E-mail: instere@infovia.com.gt

México: Cláudia Villagómez Díaz
Mexicali 608 Planta Baja, Colonia San Felipe de Jesús 37250 León, Guanajuato, México
Tel: /47/724 109 Fax: /47/165726
E-mail: jvdirect@dfl.telmex.net.mx

Perú: Carmela Zumarán
Islas Canarias 164, Lima 21 Tel: /1/ 4632252
E-mail: acogida@pol.com.pe

República Dominicana: Irene Veras
Juan Pablo Pina 14, Santo Domingo,
Fax: /809/ 6899276.

Centro Cultural Poveda
Pina 210 A - Ciudad Nueva - Santo Domingo
D.N. Fone: /809/6895689 - 6854635
E-mail: ctro.poveda@codetel.net.do

Uruguay: Carolina Mancini
Lindoro Forteza 2496, 11400 Casilla 15250, Montevideo, Tel/Fax: /2/ 5083395

Marisa Salum - Bartolomé Mitre 1510
Apto. 201, Montevideo

Silvia Rivero - Vizconde de Maria 669
Paysandú, Tel: /72/25897

Rosario Alves - 19 de Abril 1461 - Salto
Tel: /73/32823
E-mail: roseli@mundonet.com.uy

Venezuela: Maria Isabel Martínez Mercado
De Platanal a Desamparados, Edif. Platanal 37, Piso 1º, Apto 1A La Candelaria, 1001, Caracas 1011 Tel: /2/ 5624248

REVISTA NOVAMERICA
NUEVAMERICA

Diretora
Susana Beatriz Sacavino

Conselho Editorial
Argentina - Elena Picasso
Bolívia - Ruth Riskowsky
Brasil - M.ª Guadalupe Pedrero
Chile - María Inés Wuth
Peru - Carmela Zumarán
Uruguai - Rosario Alves

Comitê Técnico
Ana Waleska P. Mendonça
Janett Ramírez
Maria del Carmen López
Susana Beatriz Sacavino
Vera Maria F. Candau

Coordenação Editorial e Supervisão Gráfica
Adélia M.ª Nehme Simão e Koff

Revisão
Adélia M.ª Nehme Simão e Koff
M.ª del Carmen López
Sílvia Alicia Martínez

Colaboração
Queti Zuñiga
Léa Sussekind Viveiros de Castro

Secretária
Giovanina Pedroza

Administração
Jayme da Silva Corrêa Filho

Projeto Gráfico e *Programação Visual*
Rodolpho Oliva

Capa
(Projeto Gráfico: Néstor Sacavino)
(Ilustração: Rodolpho Oliva)

Fotos
João Ripper

NOVAMERICA
Rua 19 de Fevereiro, 160,
Botafogo, Rio de Janeiro, Brasil
CEP. 22280 -030
Tel./Fax: (021) 542-6244/295-8033
E-mail: novamerica@ax.apc.org
www.ibase.org.br/~novamerica

A direção da revista não se responsabiliza pelas opiniões disseminadas nos artigos.

Esta publicação tem o apoio da Agencia Española de Cooperación Internacional.

Publicação indexada em CLASE.
Consultas em http://132.248.9.12:8060 e http://biblioweb.dgsca.unam.mx/latindex



Poder Local

*Adolfo Millabur**

Cuando me piden que piense sobre el poder local me sitúo a mirar el mar, en un lugar de la Comuna "Casa de Piedra", donde soy alcalde. Allí habitan hermanos mapuches que tuvieron que dejar sus tierras ubicadas en el lago Lleu Lleu hace 100 años. Hoy se encuentran celebrando desde la mañana y yo dejo esta tarde para compartir con ellos.

Me pregunto ¿qué es el poder local?, ¿cuál es su esencia? Y respondo: son ELLOS, la gente, lo que ella es, lo fundamental para promover un desarrollo sustentable y viable.

¿Por qué decidí asumir la alcaldía? La alcaldía y el Municipio son espacios de poder donde son tomadas las decisiones de ese territorio, por ello considero que la participación de la gente es lo fundamental. Pero una participación no sólo representativa, sino que una participación desde la riqueza de la gente, del aporte real de su cultura, de su mentalidad, que realmente promueva actitudes, sentimientos, valores, principios, cambios colectivos que hacen visible un proceso.

En estos espacios de interlocución y de toma de decisiones es esencial una relación horizontal, en la cual las personas no sólo sean escuchadas, sino que entreguen este aporte, esta forma de proceder, capacidad de propuesta, aprendizajes, conocimientos por lo que se genera un procedimiento, una forma de actuar que da garantía de una real participación entre iguales.

Estos cambios colectivos hacen visible un proceso de *empoderamiento* tanto de los recursos de desarrollo como de la economía, donde la gente es actor, sujeto de desarrollo; y la Municipalidad es un espacio que facilita y administra junto con ellos la riqueza de su gente, de sus tierras, de sus sueños.

Un desarrollo impregnado en una filosofía en que nuestras carencias no sean consideradas un problema sino que la gente y su territorio sean considerados un aporte para este desarrollo: aportar las raíces de nuestros conocimientos, nuestras riquezas, ser capaces de dar una mirada que se refleje en una participación política.

Un aspecto fundamental es la educación, una educación en la cual se ponen en igualdad diferentes culturas, reflejadas en una malla curricular, en un sistema educacional donde las culturas lafquenche, campesina, pehuenche, etc. tengan igual valor.

En este ámbito estamos construyendo y perpetuando un sentido profundo de lo espiritual y religioso, entregando una mirada, una cosmovisión que hace posible una valoración de ser auténticamente mapuche y actor de una sociedad en que mi aporte, mi riqueza, es lo esencial para provocar los cambios. La mentalidad de ser sujetos administradores de un desarrollo considerado endógeno y en que los recursos que lleguen del poder central sean administrados teniendo en cuenta que las personas son realmente las protagonistas y no sólo ejecutoras de acciones determinadas por terceros.

**Alcalde de Tirua (Lugar de encuentro)*

Tirua, una comuna ubicada en la provincia de Arauco, tierra de lafquenche (Hombres de mar). Unico alcalde mapuche, y que no participa en ningún partido político, sino que llega al municipio primeramente como concejal y posteriormente elegido alcalde por amplia mayoría. Durante el ejercicio de este cargo es capaz de plantarse como tal ante autoridades haciendo visible para la Región la dignidad del pueblo mapuche y exigiendo su reconocimiento cultural y su aporte a la nación como un pueblo cuyas raíces, cultura, religiosidad debe ser escuchada y reconocida como un aporte a Chile. Tuvo un papel protagónico este 12 de Octubre y además en la actual situación de reconocimiento y de recuperación de la identidad mapuche.

NOVAMERICA - Rua Dezenove de Fevereiro, 160 - Botafogo - CEP: 22280-030 - Tel/Fax: (55) (021) 542-6244 - E-mail: novamerica@ax.apc.org - Rio de Janeiro - RJ - Brasil





Poder Local

Adolfo Millabur*

Quando me pedem para pensar sobre poder local, me coloco de frente para o mar, em um lugar da Comuna "Casa de Piedra", de onde sou Prefeito. Ali habitam irmãos mapuches que tiveram que deixar suas terras, situadas no lago Lleu Lleu, há 100 anos. Hoje, estão celebrando desde manhã e èu reservei a tarde para compartilhar com eles.

Eu me pergunto: o que é o poder local? Qual é a sua essência? E respondo: são elas, as pessoas, o que elas são, o fundamental para promover um desenvolvimento sustentável e viável.

Por que decidi assumir a Prefeitura? A Prefeitura e o Município são espaços de poder onde se tomam as decisões deste território. Por isso, considero que a participação das pessoas é fundamental. Uma participação não apenas representativa, mas uma participação que reflita a riqueza das pessoas, que haja um aporte real de sua cultura, de sua mentalidade, que promova realmente atitudes, sentimentos, valores, princípios, mudanças coletivas que tornam visível um processo.

Nestes espaços de interlocução e de tomada de decisões, é essencial uma relação horizontal, na qual as pessoas não apenas sejam ouvidas, mas que tragam sua contribuição, sua forma de proceder, sua capacidade de expor sua sabedoria, aprendizagens, conhecimentos que geram procedimentos, formas de agir que garantam uma real participação entre iguais.

Estas mudanças coletivas tornam visível um processo de empoderamento tanto dos recursos de desenvolvimento quanto da economia, onde as pessoas são atores, sujeitos do desenvolvimento; e a Prefeitura é um espaço que facilita e administra junto com elas a riqueza de sua gente, de suas terras, de seus sonhos. Um desenvolvimento impregnado de uma filosofia na qual nossas carências não sejam consideradas um problema, mas que as pessoas e seu território sejam considerados aportes para esse desenvolvimento: trazendo as raízes de nossos conhecimentos, de nossas riquezas, sendo capazes de oferecer um olhar que se reflita na participação política.

Um aspecto fundamental é a educação, uma educação na qual se põem em igualdade diferentes culturas, refletidas numa grade curricular, em um sistema educacional onde as culturas lafquenche, campesina e pehuenche têm igual valor.

Neste âmbito, estamos construindo e perpetuando um sentido profundo do espiritual e religioso, entregando um olhar, uma cosmovisão que torna possível uma valorização de ser autenticamente mapuche e ator de uma sociedade em que meu aporte, minha riqueza é o essencial para provocar mudanças. A mentalidade de ser sujeitos administradores de um desenvolvimento considerado endógeno e que os recursos que cheguem ao poder central sejam administrados levando em conta que as pessoas são as verdadeiras protagonistas e não apenas executoras de ações determinadas por terceiros.

**Alcalde de Tirua (Local do encontro)*

Tiura, comuna localizada na província de Arauco, terra d lafquenche (Homens do mar). Único alcalde mapuche, não part cipa de nenhum partido político, chegou ao município primeir mente como consejal e posteriormente foi escolhido alcalde p ampla maioria. Durante o primeiro exercício do cargo foi cap de se impor ante as autoridades, deixando a mostra na Região dignidade do povo mapuche, e exigindo seu reconhecimento cul tural e seu aporte à Nação como um povo cujas raízes, cultura e religiosidade devem ser ouvidas e reconhecidas como uma contribuição para o Chile. Teve um papel central neste 12 de outubro e também na atual situação de reconhecimento e de recuperação da identidade mapuche.

NOVAMERICA

Nº 85 - ISSN 0325-6960